



RELATÓRIO
E CONTAS
2015/2016

**FUTEBOL CLUBE
DO PORTO**

1 de julho de 2015
a 30 de junho de 2016



Futebol Clube do Porto

Relatório e Contas 2015/2016

A. RELATÓRIO DA DIREÇÃO

1. Órgãos Sociais
2. Mensagem do Presidente
3. Relatório da Direção
4. Época em Revista
5. Proposta de Aplicação dos Resultados

B. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

1. Balanços
2. Demonstrações dos Resultados por Naturezas
3. Demonstrações das Alterações no Capital Próprio
4. Demonstrações dos Fluxos de Caixa
5. Anexo às Demonstrações Financeiras

C. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

D. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL E DISCIPLINAR

E. OUTRAS INFORMAÇÕES

1. Movimento Associativo
2. Títulos Honoríficos atribuídos em Assembleia Geral



A. RELATÓRIO DE DIREÇÃO

FUTEBOL CLUBE DO PORTO

Fundado em 28 de Setembro de 1893

Instituição de Utilidade Pública

Medalha de Ouro de Mérito Desportivo da C.M.Porto

Cruz Vermelha de Benemerência

Medalha de Mérito Desportivo

Medalha de Ouro de Honra da Cidade

Medalha de Honra de Mérito Desportivo

Membro Honorário da Ordem do Infante Dom Henrique

Grande Colar de Honra ao Mérito Desportivo

Membro Honorário da Ordem de Mérito

Sede e Serviços Administrativos

Estádio do Dragão

Via FC Porto - Entrada Nascente, Piso 3

4350 - 415 Porto

Telefone: 22 557 04 00

Fax: 22 557 04 98

E-mail: fcporto@fcporto.pt

www.fcporto.pt

Recintos Desportivos

Estádio do Dragão

Dragão Caixa

Vitalis Park – Constituição

Centro de Treinos e Formação Desportiva PortoGaia

Modalidades

Andebol – Basquetebol – Bilhar – Boxe – Ciclismo

Desporto Adaptado – Hóquei em Patins – Natação

1. Órgãos Sociais

CORPOS GERENTES

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	José Manuel de Matos Fernandes
Vice Presidente	Rui Miguel de Sousa Simões Fernandes Marrana
Secretários	Fernando Maria Novo Sardoeira Pinto Joaquim Manuel de Sousa Ribeiro
Suplentes	António José Correia Amaro de Sousa Magalhães Antero Tavares de Castro Ludgero Barreira Castro Luís Guilherme Cudell de Azevedo Campos

DIREÇÃO

Presidente	Jorge Nuno de Lima Pinto da Costa
Vice Presidentes	Adelino Sá e Melo Caldeira Antero José Gomes da Ressurreição Diogo Henrique Alípio Jorge Calisto Fernandes Eduardo Jorge Tentúgal Valente Emídio Ferreira dos Santos Gomes Fernando Manuel dos Santos Gomes (Pelouro Financeiro)
Vogais	António Manuel Leitão Borges Eurico Fernando Queirós Pinto Joaquim Manuel Machado Faria e Almeida Luís Joaquim de Sousa Fernandes Rodrigo Afonso Pinto de Magalhães Pinto Barros Vítor Hugo Barbosa Carvalho da Silva

CONSELHO FISCAL E DISCIPLINAR

Presidente	José Paulo Sá Fernandes Nunes de Almeida
Vice Presidentes	Jorge Luís Moreira Carvalho de Guimarães
Secretário	Filipe Carlos Ferreira Avides Moreira
Relatores de Contas	Armando Luís Vieira de Magalhães José Augusto dos Santos Saraiva
Relator de Contencioso	André Ferreira Antunes
Relator de Sindicância	José Pedro Busano de Sousa Vieira
Suplentes	Luís Filipe dos Santos Almeida Monção Mário Nuno Chaves Soares



ORGÃOS CONSULTIVOS

CONSELHO SUPERIOR

EFETIVOS:

José Lourenço Pinto
Felisberto Ferreira Querido
Álvaro Cabral Teixeira Bastos
António Bernardino Peixoto Madureira
António Gonçalves Bragança Fernandes
António José da Silva Pinto Sousa Magalhães
Eduardo Vítor Magalhães Rodrigues
Fernando Cerqueira
Fernando José Guimarães Freire de Sousa
Jorge filipe Vieira Correia
Jorge Rui Moia Pereira Cernades
José Barbosa Mota
José Manuel Neves
Lúcio Alberto Assunção Barbosa
Manuel António de Sá Ferreira da Silva
Manuel Francisco Pizarro Sampaio Castro
Manuel Guilherme Gonçalves Macedo
Nuno Magalhães Silva Cardoso
Raúl Peixoto
Vítor Guilherme B. Pereira Dias

SUPLENTES:

António Fernando Maia Moreira de Sá
Agostinho Manuel Durães Rocha
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
Deocliciano Jesus Ferreira Carvalho
Emílio Fernando Macedo de Sousa
Jorge Pedro Ferreira Gonçalves Pereira
José Ribeiro
Júlio Manuel Ferreira Matos
Justino da Cruz Santos
Paulo Ramalheira Teixeira

2. Mensagem do Presidente

Se no futebol não tivemos um ano feliz nas modalidades conseguimos excelentes resultados, com o ciclismo e o basquetebol à cabeça. As camisolas do FC Porto voltaram a luzir nas estradas do nosso país, fruto da parceria que estabelecemos com a W52, e a época de regresso não podia ter corrido melhor. O azul e branco andou sempre na frente do pelotão nacional e conquistou as principais provas, naturalmente com a Volta a Portugal à cabeça, com a vitória individual de Rui Vinhas.

No basquetebol também foi ano de regresso. Regresso ao principal campeonato e regresso ao título nacional. Muito mérito da estrutura dirigida por Vítor Hugo, muito mérito do treinador Moncho López e muito mérito de um grupo de jogadores que aliam a qualidade ao sentido de equipa e espírito de sacrifício.

No hóquei em patins e no andebol desta vez não fomos campeões, mas ainda assim há coisas boas a registar. No hóquei tivemos um ano de transição, com uma equipa jovem, que conquistou a Taça de Portugal com muito mérito. No andebol, depois de uma boa Liga dos Campeões, que exige um ritmo competitivo que não há no nosso país, a equipa acabou por falhar no playoff, também por uma série de imponderáveis que no desporto não se controlam, como são as lesões.

Na natação revalidamos o título nacional feminino mas a maior notícia talvez tenha sido a nova casa da modalidade, nas modernas piscinas de Campanhã, agora sob nossa administração. Certamente que o futuro nos reserva o lucro deste investimento.

No bilhar continuamos a ser a maior potência do país e voltamos a sagra-nos campeões com um percurso ímpar.

Uma palavra ainda para o desporto adaptado, que consegue juntar a prática desportiva aos bons resultados em competição. A participação paralímpica de Carla Oliveira e Pedro da Clara foi um grande orgulho para todos nós.

Em suma, o FC Porto é uma potência desportiva, que é para o que foi constituído, mas é muito mais do que isso. O nosso desafio é fazer crescer ainda mais o nosso clube, torna-lo ainda mais reconhecido nacional e internacionalmente e isso só é possível com o contributo de todos, sejam dirigentes, treinadores, atletas, funcionários, sócios ou até adeptos. Nunca somos demais para ajudar a fazer um FC Porto ainda maior.

Jorge Nuno Pinto da Costa

3. Relatório da Direção

Senhores Associados,

No cumprimento das obrigações estatutárias do Clube, a Direção vem submeter à apreciação dos Senhores Associados as contas relativas ao período compreendido entre 1 de Julho de 2015 e 30 de Junho de 2016.

O Relatório e Contas, agora presente, foi elaborado em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis. Cumprindo com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, o Futebol Clube do Porto aplicou, pela 1ª vez em 2010/2011, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”). As análises que constam neste relatório foram feitas tendo como base o novo normativo, dando assim uma imagem verdadeira e apropriada dos resultados e da situação patrimonial desta instituição. Assim, pretende-se dar a conhecer aos Sócios a real situação económico-financeira do Clube de uma forma completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Da leitura deste Relatório, os Senhores Associados poderão conhecer os principais aspetos de natureza económica e financeira do Clube, bem como os feitos mais importantes da atividade desportiva, na época 2015/2016.

A época em análise fica marcada pela inauguração da Piscina de Campanhã, em novembro de 2015. Esta moderna infraestrutura, que passou a ser a “casa” de três modalidades do FC Porto, vai dotar natação, boxe e desporto adaptado de melhores condições para conquistar mais títulos e atrair jovens para a prática do desporto. No novo complexo há espaço para vários balneários, salas de musculação e enfermagem, gabinetes e equipamento de ponta. A única piscina olímpica (50 metros) da cidade foi cedida pela Câmara Municipal do Porto ao FC Porto por um período de 25 anos. A remodelação esteve a cargo do Clube e teve a participação de fundos comunitários, pela qualidade do projeto apresentado.

Desportivamente, a época que aqui analisamos ficou marcada pela conquista de vários troféus nas modalidades sobre a égide do Futebol Clube do Porto.

A equipa sénior de andebol, depois de uma primeira fase do campeonato com cem por cento de vitórias, foi eliminado nas meias finais do play-off, deixando fugir o título de campeão nacional,

prémio que conquistou nas sete temporadas anteriores. De enaltecer a participação da modalidade na Liga dos Campeões da EHF, onde foi a primeira equipa portuguesa com entrada direta na fase de grupos.

O basquetebol teve uma performance desportiva brilhante no seu regresso ao escalão principal. Após três anos de ausência, conquistou o título de campeão nacional, o 12º da sua história, a que juntou mais um troféu, a Taça Hugo dos Santos. A participação na Taça da Europa da FIBA relança a equipa também a nível internacional.

No bilhar, o FC Porto realizou mais uma excelente época, tendo juntado vários títulos ao seu extenso palmarés (sete coletivos e cinco individuais). Nesta temporada, a modalidade voltou a organizar eventos de nível mundial (Taça do Mundo e Taça da Europa). A escola de bilhar Dragon Force, situada na Academia de Bilhar, continua a afirmar-se junto dos mais jovens.

Instalado desde janeiro de 2016 na Piscina de Campanhã, o boxe conquistou vários títulos, tanto a nível coletivo como individual, masculinos e femininos. A secção continua a promover o desenvolvimento desportivo e pessoal de muitos atletas.

De volta às estradas nacionais com o símbolo do FC Porto, o ciclismo azul e branco foi a melhor formação a nível nacional e a que mais vitórias acumulou ao longo da época desportiva, destacando-se a prestigiada Volta a Portugal. A modalidade pretende ser ainda mais forte e competitiva, com uma maior participação em competições internacionais.

A época do desporto adaptado ficou marcada pelos excelentes resultados desportivos nas principais modalidades – boccia, futebol de sete, natação e ténis de mesa, que conta ainda com equipas de futsal e basquetebol. A utilização de espaços como a Piscina de Campanhã, o Vitalis Park e o Dragão Caixa proporcionaram excelentes condições de treino e contribuíram para aumentar ainda mais a inspiração e garra dos atletas.

No futebol a época ficou muito aquém das expectativas, não tendo a equipa principal conquistado qualquer título. No entanto, esta temporada trouxe boas notícias em relação ao futuro, com o FC Porto B a sagrar-se vencedor da Segunda Liga e a equipa Sub-19 a conquistar, pelo segundo ano consecutivo, o título nacional da categoria.



Ainda que o objetivo principal, de conquistar o campeonato nacional, tenha fugido à modalidade, o hóquei em patins voltou aos títulos nesta temporada com a conquista da Taça de Portugal, a 15ª do clube. A prestação nas provas europeias, onde o hóquei azul e branco participa regularmente, terminou de forma imprevisível nos quartos-de-final.

Na sua nova casa, a Piscina de Campanhã que sofreu obras profundas apresentando-se agora completamente remodelada e modernizada, a equipa principal de natação do FC Porto conseguiu o feito inédito de conquistar o octocampeonato nacional de clubes, em femininos. A modalidade vai apostar agora nas famosas escolas de natação portistas, através do Dragon Force.

Passando agora à análise do desempenho económico-financeiro do Futebol Clube do Porto, torna-se importante referir que o resultado líquido apresentado deriva não só da atividade desenvolvida por esta instituição, com os custos e proveitos gerados, mas também pelos resultados das empresas suas participadas, em função da percentagem detida, tal como exige o novo normativo contabilístico.

O resultado líquido negativo obtido em 2015/2016, de 11.625m€, foi fortemente influenciado pelos resultados das sociedades participadas, que penalizaram o clube em 11.782m€, o que significa que, se não fosse considerado o desempenho das participadas, o resultado obtido seria positivo.

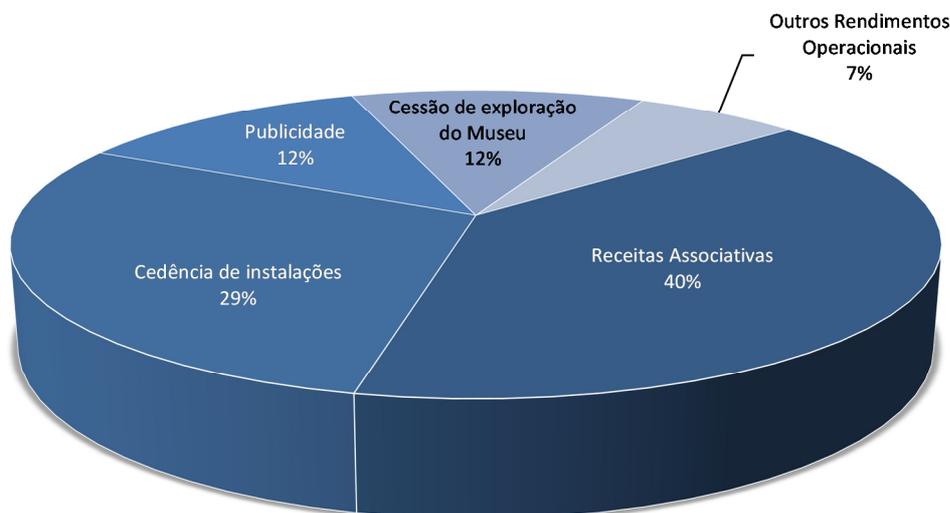
(valores expressos em milhares de euros)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	2015-2016	2014-2015	Dif.
Rendimentos Operacionais			
Excluindo Ganhos em Participações Financeiras	12.296	12.549	-254
Gastos Operacionais			
Excluindo Perdas em Participações Financeiras	-12.007	-11.774	-233
Resultados Operacionais	288	775	-487
Excluindo Resultados em Participações Financeiras			
Rendimentos Financeiros	18	13	5
Gastos de Financiamento	-135	-526	391
Resultados	171	262	-91
Excluindo Resultados em Participações Financeiras			
Ganhos em Participações Financeiras	597	10.868	-10.271
Perdas em Participações Financeiras	-12.379	0	-12.379
Resultados	-11.611	11.130	-22.741
Antes de Impostos			
Imposto sobre o rendimento	-14	432	-447
Resultado Líquido do Exercício	-11.625	11.562	-23.188
EBITDA	1.784	2.050	-266

O resultado líquido do FC Porto, como visto no quadro acima, é constituído por 3 componentes relevantes: Resultados Operacionais excluindo resultados em participações financeiras, Resultado Financeiro e Resultados com participações financeiras.

Analisando a estrutura de Rendimentos operacionais, excluindo ganhos em participações financeiras, verifica-se que existem quatro grandes fontes de rendimentos: as receitas associativas, a cedência de instalações, a publicidade e as receitas obtidas pela cessão de exploração do Museu.

ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS OPERACIONAIS (excluindo Ganhos em Participações Financeiras)



Comparativamente ao exercício anterior verifica-se uma diminuição dos rendimentos operacionais, excluindo ganhos em participações financeiras, de 254m€, tendo as rúbricas que os compõem comportamentos diferenciados face ao período homólogo.

(valores expressos em milhares de euros)

RENDIMENTOS OPERACIONAIS excluindo ganhos em participações financeiras	2015-2016	2014-2015	Dif.
Receitas Associativas	4.869	4.985	-116
Cedência de instalações	3.563	3.866	-303
Publicidade	1.519	1.437	82
Cessão de exploração do Museu	1.500	1.500	0
Outros Rendimentos Operacionais	844	761	82
TOTAL	12.296	12.549	-254

As receitas associativas caíram ligeiramente durante o período em análise. No entanto, o exercício homólogo havia sido excecionalmente positivo pelo aumento da receita das quotizações dos associados, cobradas durante 2014/2015, devido ao processo de renumeração de sócios que levou mais sócios a regularizarem as suas quotas de forma a manterem a antiguidade.



Relativamente à cedência de instalações, as receitas angariadas diminuíram uma vez que o Clube decidiu deixar de cobrar à PortoComercial a renda pela utilização do estádio e do pavilhão para a organização de eventos comerciais, uma vez que estes estão bastante condicionados pela realização dos eventos desportivos.

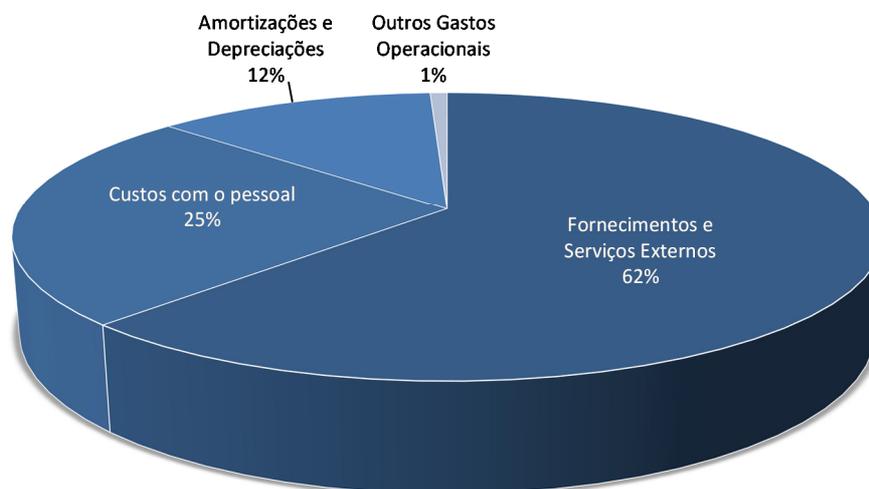
Os proveitos de publicidade cresceram cerca de 6% face a 2014/2015, o que representa um acréscimo de 82m€.

As receitas com a cessão de exploração do museu, que inclui a especialização do montante pago pela PortoComercial para garantir o direito à exploração do “Museu FC Porto by BMG” manteve-se estável, uma vez que esse valor foi definido contratualmente para vigorar por um período de oito anos.

Os Outros rendimentos operacionais, que englobam outros proveitos ainda não referidos, de menor dimensão, subiram 82m€ face ao período homólogo. Nesta rúbrica encontram-se inscritas as receitas angariadas com as inscrições e mensalidades pagas pelos atletas que se inscreveram nas escolas dragon force, que funciona já para as modalidades de andebol, basquetebol, bilhar e hóquei em patins e vai começar, na época 2016/2017, com a natação.

Tendo agora em consideração a estrutura de custos operacionais, excluindo perdas em participações financeiras, destacam-se as seguintes componentes.

ESTRUTURA DOS GASTOS OPERACIONAIS (excluindo Perdas em Participações Financeiras)



Também comparando com o exercício anterior, verifica-se um crescimento global dos gastos operacionais, excluindo perdas em participações financeiras, de 233m€.

(valores expressos em milhares de euros)

GASTOS OPERACIONAIS excluindo perdas em participações financeiras	2015-2016	2014-2015	Dif.
Fornecimentos e Serviços Externos	7.467	6.882	585
Custos com o pessoal	2.954	2.175	779
Amortizações e Depreciações	1.496	1.323	172
Cedência de Quotas à FCP-SAD	0	1.189	-1.189
Outros Gastos Operacionais	91	205	-115
TOTAL	12.007	11.774	233

O crescimento dos custos com fornecimentos e serviços externos ficou a dever-se, em grande medida, aos gastos decorrentes da utilização da nova piscina de Campanhã, que foi inaugurada durante o período em análise.

Os custos com o pessoal aumentaram 779m€ face ao exercício homólogo, devido principalmente ao crescimento das remunerações de atletas e equipa técnicas. Adicionalmente, o ajustamento relativo

ao cálculo do valor relativo ao compromisso assumido pelo Clube com os seus funcionários na concessão de complementos às pensões de reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos, sofreu um ajustamento de 101m€, montante 87m€ superior ao da época transata.

As amortizações e depreciações cresceram 172m€ devido à amortização do investimento efetuado na nova piscina, mas também em outras infraestruturas, principalmente no estádio do dragão e no centro de treinos.

A estrutura de custos do FC Porto saiu beneficiada da decisão tomada entre a Direção do Futebol Clube do Porto e o Conselho de Administração da sua sociedade desportiva para o futebol, de deixar de transferir, a partir de julho de 2015, 25% das quotizações pagas pelos associados do Clube para a FC Porto – Futebol, SAD.

Os ‘Outros Gastos Operacionais’, onde estão representados os custos de menor expressão não referidos, e que representam apenas 1% do total, diminuiram 115m€ face ao período homólogo.

Importa agora adicionar a esta análise as rúbricas relacionadas com os financiamentos do Clube.

(valores expressos em milhares de euros)

RESULTADOS FINANCEIROS	2015-2016	2014-2015	Dif.
Rendimentos Financeiros	18	13	5
Gastos de Financiamento	135	526	-391
RESULTADO FINANCEIRO	-117	-513	396

Os resultados financeiros, que até ao exercício económico 2010/2011 eram constituídos essencialmente pelos juros relativos ao financiamento para a construção dos imóveis do FC Porto, foram fortemente agravados pela contabilização dos juros previstos no plano de pagamento da dívida de médio / longo prazo do Futebol Clube do Porto à sociedade desportiva. No entanto, uma vez que, em outubro de 2014, o Clube liquidou esta dívida, os gastos de financiamento foram reduzidos.

Em Rendimentos financeiros incluem-se exclusivamente os dividendos que o FC Porto obteve da sua participada PortoSeguro, onde detém uma participação de 5%.

Por último, englobando os resultados com participações financeiras, verifica-se um impacto negativo de 11.782m€, nas contas do FC Porto.

(valores expressos em milhares de euros)

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	2015-2016	2014-2015	Dif.
Ganhos em Participações Financeiras	597	10.868	-10.271
Perdas em Participações Financeiras	12.379	0	12.379
RESULTADOS COM PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	-11.782	10.868	-22.650

Este resultado refere-se à participação do Clube nos resultados líquidos das empresas suas participadas, em função da percentagem detida. Em 30 de Junho de 2016, regista a participação nos resultados negativos obtidos em 2015/2016 pela FC Porto – Futebol, SAD e FC Porto – Serviços Partilhados, e os positivos da EuroAntas, que foram, respetivamente, de 58.411m€ e 24m€ negativos, e 1.127m€ positivos, pelo que o Clube registou contabilisticamente o proporcional dos prejuízos / lucros apurados nestas empresas até ao limite da sua participação, ou seja, não foi reconhecido qualquer passivo relativamente à proporção do Clube nos prejuízos acumulados da sociedade desportiva que excedeu o valor pelo qual o investimento se encontrava registado.

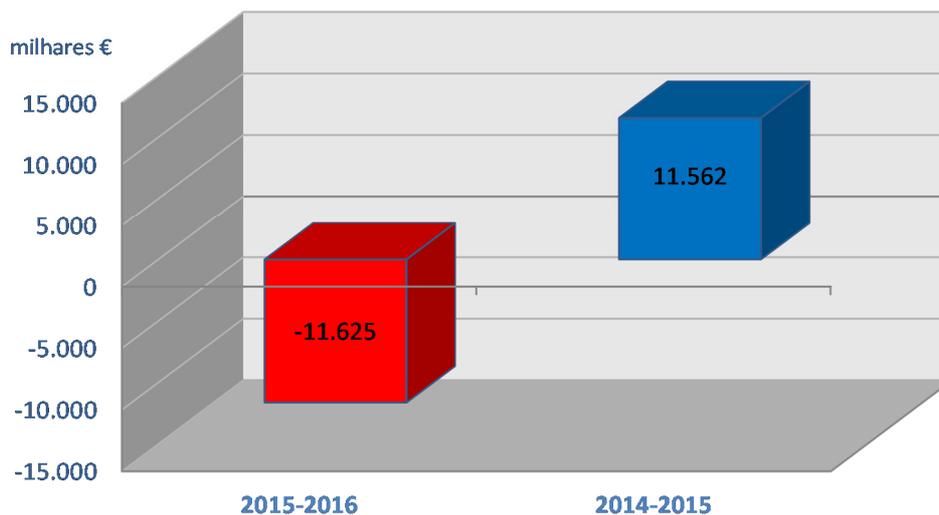
No exercício homólogo, o FC Porto registou a sua quota-parte nos resultados positivos obtidos pelas sociedades suas participadas nesse período mas também as receitas obtidas com a venda de 47% das ações da EuroAntas à FC Porto – Futebol, SAD, pelo valor total de 51.757m€, que gerou uma mais-valia de 15.144m€. Contudo, esta mais valia foi ajustada contabilisticamente, tendo em conta que, à data da transação, 40% da empresa compradora era propriedade do Clube, pelo que as normas contabilísticas aplicáveis consideram que se deve deduzir a mais-valia gerada nessa mesma proporção, o que levou ao registo de ganhos no valor de 9.087m€ nas contas do FC Porto.

Finalmente o último item que compõe o resultado do Grupo FC Porto, o imposto sobre o rendimento, que apresenta, no período em análise, o valor de 14m€. No exercício anterior, esta rubrica apresentava um valor positivo de 432m€, pelo facto de, para além do imposto sobre o rendimento do exercício, de 826m€, estar ali também considerada a restituição do IRC de 2003, no valor de 1.259m€. Este montante havia sido liquidado no âmbito do regime especial de regularização de dívidas fiscais, pelo que foi agora revertido, depois do Supremo Tribunal Administrativo ter dado razão ao FC Porto neste processo fiscal.



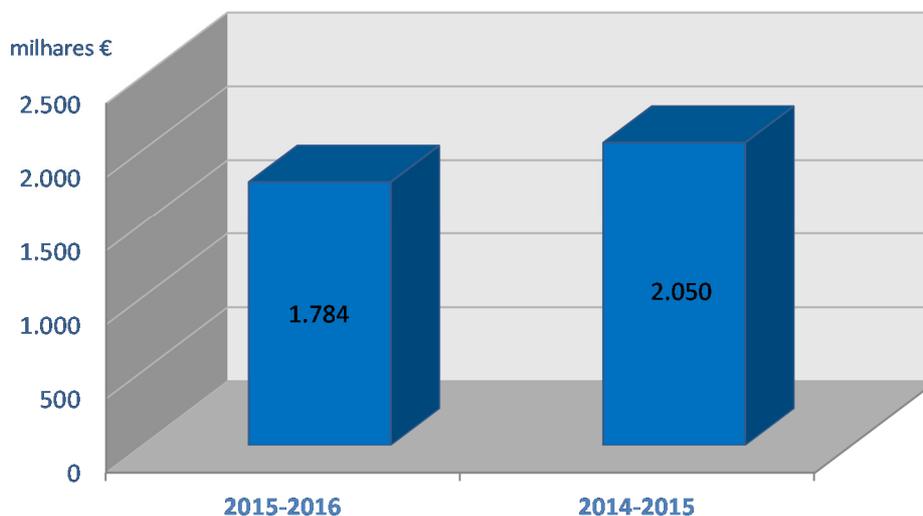
A combinação dos fatores descritos levou à obtenção de um resultado líquido negativo de 11.625m€, o que contrasta com os 11.562m€ positivos obtidos no período homólogo.

Resultado Líquido

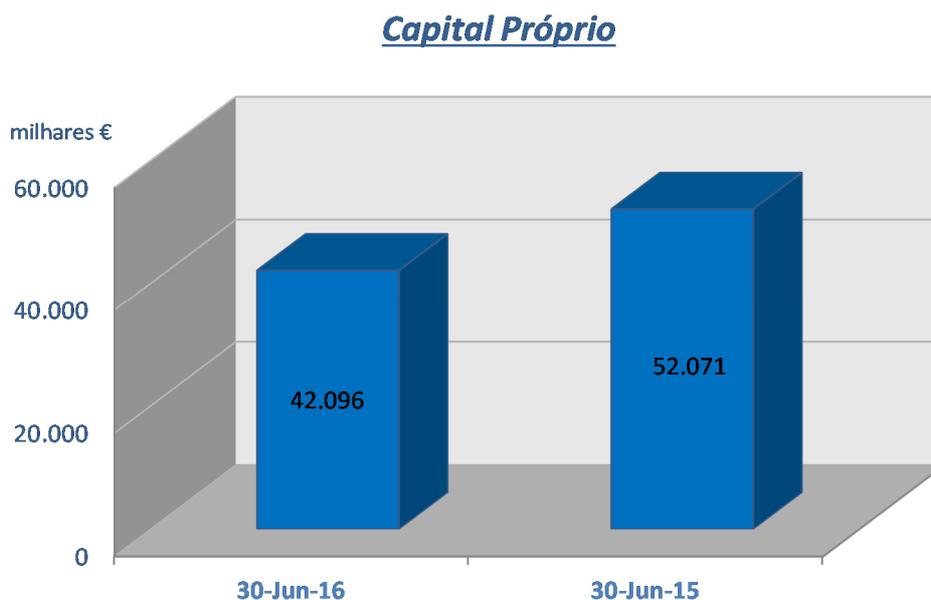


No entanto, se observarmos o EBITDA – cash-flow operacional medido pelo resultado operacional, líquido de amortizações, perdas de imparidade e provisões – verificamos que o valor apresentado é positivo em ambos os exercícios, uma vez que este indicador expurga também os resultados obtidos em participações financeiras. Relativamente a 2014/2015, uma vez que o contributo das empresas participadas foi positivo, o EBITDA aparece prejudicado em relação ao resultado líquido apresentado.

EBITDA

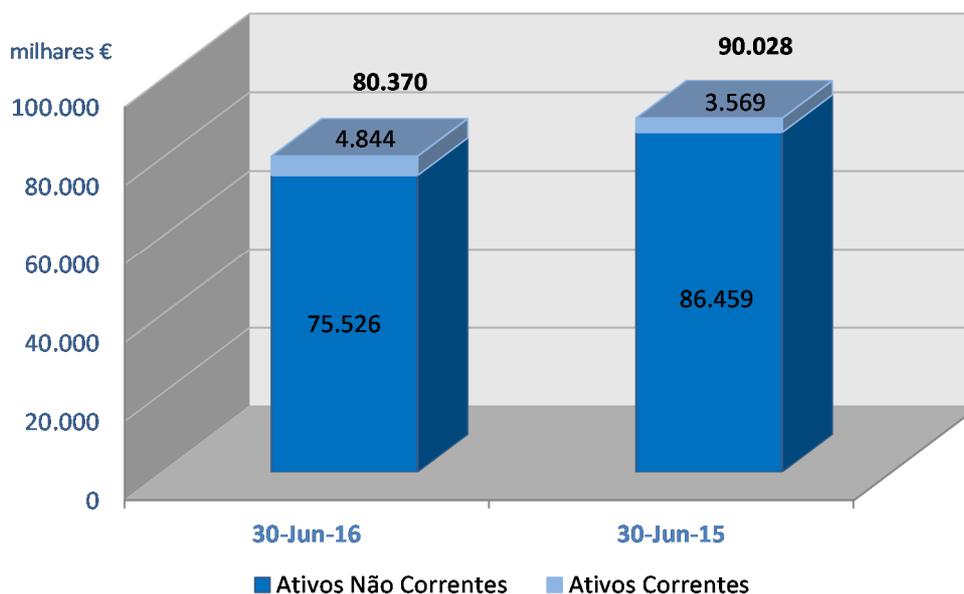


Tendo agora em consideração a situação patrimonial da sociedade, destaca-se a robustez do capital próprio, que atinge os 42.096m€ em 30 de Junho de 2016, apesar da incorporação do resultado líquido negativo apresentado no exercício.



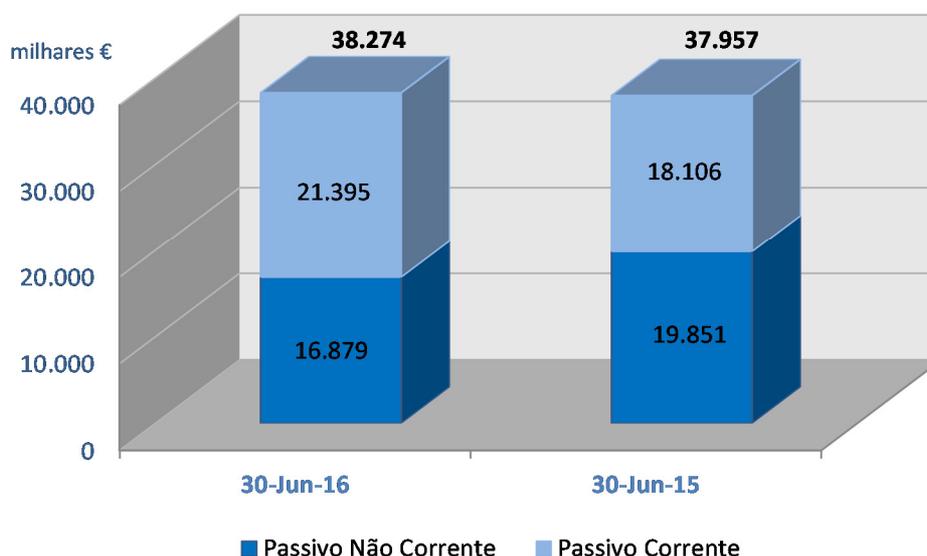
A estrutura patrimonial do FC Porto, refletida nos mapas contabilísticos, ficou prejudicada em 11.651m€ pelo ajustamento nas participações financeiras detidas pelo Clube, tal como exposto anteriormente neste relatório. Assim, o ativo da sociedade atinge os 80.370m€ em 30 de Junho de 2016, diminuindo 9.658m€ face a 30 de Junho de 2015.

Ativo



O passivo do FC Porto ascende, em 30 de Junho de 2016, a 38.274m€, tendo-se verificado um crescimento de 317m€ relativamente ao final do exercício anterior. As dívidas a fornecedores, constituídos pelas empresas do Grupo FC Porto, aumentaram 7.436m€. No entanto o passivo remunerado, assente nos empréstimos bancários, diminuiu 2.419m€ neste exercício, pela amortização do capital obtido para financiamento da construção de infraestruturas.

Passivo



Ainda que tenha melhorado relativamente ao exercício homólogo, o ativo corrente é bastante inferior ao passivo corrente, o que pode levar a dificuldades para o Clube cumprir com os compromissos de curto prazo. No entanto, é convicção desta Direção que, uma vez que os fornecedores do FC Porto são essencialmente outras entidades do Grupo, com as quais consegue gerir os prazos de vencimento de atuais responsabilidades, este risco se encontra mitigado.

Em 30 de junho de 2016 não existem dívidas em mora ao Estado e a situação das Sociedades do Grupo perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A estrutura patrimonial do FC Porto encontra-se resumida no quadro seguinte:

valores em milhares de euros

Balço	30-Jun-16	30-Jun-15	Dif.
Ativos Não Correntes	75.526	86.459	-10.933
Participações financeiras - equivalência patrimonial	42.616	54.267	-11.651
Ativos fixos tangíveis	19.774	19.212	562
Outros Ativos Não Correntes	13.136	12.980	156
Ativos Correntes	4.844	3.569	1.275
Clientes	891	1.401	-510
Caixa e depósitos bancários	540	56	484
Outros Ativos Correntes	3.412	2.112	1.301
TOTAL DO ATIVO	80.370	90.028	-9.658
Capital Próprio	42.096	52.071	-9.975
Ajustamentos em Ativos financeiros	-51.307	-51.415	108
Resultado líquido do período	-11.625	11.562	-23.188
Capital Próprio - Outros	105.028	91.924	13.105
Passivo Não Corrente	16.879	19.851	-2.972
Provisões	1.483	1.593	-110
Financiamentos obtidos	2.989	4.454	-1.465
Outras contas a pagar	12.407	13.803	-1.397
Passivo Corrente	21.395	18.106	3.289
Fornecedores	15.898	8.463	7.436
Financiamentos obtidos	1.489	2.442	-954
Outras contas a pagar	4.008	7.201	-3.193
Total do Passivo	38.274	37.957	317
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	80.370	90.028	-9.658

Após o termo do exercício económico, no dia 1 de setembro de 2016, a FC Porto – Futebol, SAD comunicou que o Sr. Antero José Gomes da Ressurreição Diogo Henrique apresentou a renúncia ao seu cargo de Administrador da Sociedade, tendo esta sido aceite. Esta renúncia estendeu-se a todos os cargos que exercidos em empresas do Grupo, nomeadamente o de Vice-presidente do Futebol Clube do Porto.

O Clube perspetiva vir a ter, no exercício 2016/2017, contas equilibradas, sem descurar a capacidade de atuar ao mais alto nível em todas as modalidades.



Nestes tempos conturbados o FC Porto continua a renovar-se dia após dia, como casa mãe do que hoje é um grupo de atividades cada vez maior. Como é nossa obrigação, do futebol à natação, do andebol ao bilhar, sem esquecer o hóquei em patins ou o boxe, o basquetebol, o desporto adaptado e também o ciclismo, lutamos pela conquista de troféus e a verdade é que estamos confiantes de que o extenso palmarés do FC Porto continuará a crescer.

Os títulos alcançados esta temporada, bem como uma infindável lista de vitórias nas camadas jovens, são um certificado de qualidade que nos permite encarar com otimismo os desafios que temos pela frente.

Cumpre-nos reconhecer publicamente o apoio incondicional com que a Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e Disciplinar e o Conselho Superior desempenharam as funções que legal e estatutariamente lhes são cometidas. Também gostaríamos de deixar uma palavra de apreço aos Colaboradores pela dedicação com que sempre desenvolveram as suas funções ao serviço do FC Porto. Por último, é ainda devida uma palavra de apreço aos Senhores Associados pelo apoio que sempre nos prestaram e pelo estímulo com que nos incentivaram na edificação de um Clube cada vez mais moderno.

Os genes de vitória deste clube são uma garantia que com trabalho e dedicação vamos continuar a trilhar o caminho do sucesso.

A DIREÇÃO

4. Época em Revista

ANDEBOL

A época 2015/16 teve um desfecho frustrante para a equipa sénior de andebol, atendendo aos objetivos traçados no início da temporada e às naturais expectativas legitimadas pelos sucessos alcançados nos últimos anos. A eliminação nas meias finais do *play-off* ditou o fim do sonho da conquista do oitavo título nacional consecutivo, que se revelava cada vez mais próximo após uma primeira fase do campeonato com 22 vitórias em outros tantos jogos disputados.

A época ficou também marcada por uma prestigiante participação na fase de grupos da Liga dos Campeões da EHF, tendo o FC Porto sido a primeira equipa portuguesa com entrada direta. Os Dragões acabaram por ser afastado dos oitavos de final por diferença de golos marcados e sofridos face aos espanhóis do La Rioja, mas fica o registo de excelentes exibições, que valeram sete vitórias em dez partidas.

A estrutura base do plantel sénior manteve-se praticamente inalterada face à época anterior, sendo de destacar a saída de João Ferraz rumo à Alemanha, para participar naquele que é considerado atualmente o melhor campeonato do mundo. Esta saída foi colmatada com a contratação do jovem brasileiro Gustavo Rodrigues, que acabou por se destacar ao ser eleito pela EHF como atleta revelação do ano na Liga dos Campeões.

Ao nível dos escalões de formação, o andebol manteve a aposta das últimas épocas na identificação e valorização de talentos, integrando-os na realidade desportiva e cultural do FC Porto. O projeto da equipa B manteve a ênfase no amadurecimento competitivo de jogadores que poderão vir a integrar a formação principal e contribuir para a consolidação da identidade do clube. A visibilidade internacional conquistada ao longo das últimas épocas trouxe consigo o interesse de poderosos clubes estrangeiros pelos atletas portistas, o que aumenta a necessidade de renovação e torna o trabalho das camadas jovens ainda mais importante.

Tal como nas épocas anteriores, o apoio dos adeptos – não apenas nos jogos disputados em casa – foi fundamental para cada vitória alcançada. De igual modo, a promoção do andebol através do Porto Canal, com a transmissão de jogos e o crescente número de conteúdos alusivos à modalidade, tem contribuído para uma maior notoriedade da equipa.

As ambições para 2016/17 passam desde logo pela conquista do Campeonato Nacional e da Taça de Portugal, além de uma participação na Taça EHF que permita ultrapassar a fase de grupos. Capacidade de luta, espírito de sacrifício e entrega serão argumentos determinantes para a conquista destes objetivos, numa época que se antevê como a mais competitiva dos últimos anos em Portugal.

BASQUETEBOL

Na época 2015/16, a secção de basquetebol escreveu mais uma página grandiosa da história do nosso clube. No regresso ao escalão principal, após três anos de ausência, o FC Porto conquistou o título de campeão nacional, o 12.º da história, após uma vitória categórica (3-1 na série) sobre o Benfica. Se a isso juntarmos a vitória da Taça Hugo dos Santos e uma participação digna na Europa – na Taça da Europa da FIBA, em que os Dragões ficaram a um ponto do apuramento para a fase a eliminar –, pode dizer-se que melhor seria impossível. O resultado premeia o apoio e a decisão unânime da direção do FC Porto em abraçar o projeto de relançamento do basquetebol, inclusive a nível internacional, do qual o clube se encontrava afastado desde 2003.

No que à formação diz respeito, a secção manteve um projeto desportivo sustentado e bem delineado, em que a linha orientadora é transversal, desde o *minibasket* à equipa B, que tem alimentado (e continuará a alimentar) a equipa principal. O FC Porto conseguiu estar presente em várias finais nacionais e a representação nas seleções distritais e nacionais é cada vez maior.

BILHAR

Na época em apreço, a secção consolidou a sua posição dominante a nível nacional e internacional, prestigiando o FC Porto numa modalidade que é praticada por cerca de 50 milhões de pessoas em todo o mundo. Seguem-se as principais conquistas obtidas ao longo de 2015/16.

A nível coletivo:

- Campeonato nacional de bilhar às três tabelas;
- Torneio de abertura de bilhar às três tabelas;
- Supertaça de bilhar às três tabelas (a sexta consecutiva);
- Medalha de prata na Taça da Europa de Clubes;
- Campeonato nacional de pool feminino;
- Taça de Portugal de pool feminino;
- Supertaça de bilhar de pool feminino.

A nível individual:

- Torbjörn Blomdahl sagrou-se campeão do mundo de bilhar às três tabelas;
- Rui Manuel Costa sagrou-se campeão nacional e venceu a Taça de Portugal em bilhar às três tabelas;
- Hugo Costa sagrou-se campeão nacional de esperanças;
- Vânia Franco foi campeã nacional de pool feminino.

O bilhar do FC Porto também se tem afirmado, ao longo dos anos, pela qualidade com que organiza eventos de nível mundial. A temporada 2015/16 não foi exceção, com o acolhimento da terceira etapa da Taça do Mundo, no Dragão Caixa, e da final da Taça da Europa de clubes, na Academia de Bilhar do Estádio do Dragão.

Por outro lado, a escola Dragon Force continua a afirmar-se junto dos mais jovens e a garantir um contributo para o desenvolvimento intelectual dos praticantes. Situada na Academia de Bilhar, em instalações modelares e acolhedoras, proporciona todas as condições para o desenvolvimento de futuros campeões.

BOXE

O departamento de boxe continuou, no período em análise neste relatório, um trabalho que tem valido vários títulos e o desenvolvimento desportivo e pessoal de muitos atletas. Instalado desde janeiro de 2016 na Piscina de Campanhã, a secção dispõe de melhores condições para prestigiar cada vez mais o FC Porto.

Por equipas, o boxe sagrou-se:

- Campeão nacional em cadetes (masculino e feminino);
- Campeão nacional em juniores (masculino e feminino);
- Campeão nacional em seniores (feminino).

Os resultados individuais, a nível nacional, foram os seguintes:

- Fábio Silva: primeiro lugar (campeão nacional) em cadetes masculinos, categoria 50 kg;
- Ruben Padilha: primeiro lugar (campeão nacional) em cadetes masculinos, categoria 63 kg;
- Sara Pinto: primeiro lugar (tetracampeã nacional) em juniores femininos, categoria 57 kg;
- Diana Pereira: terceiro lugar em juniores femininos, categoria 60 kg;
- Cátia Pereira: primeiro lugar (tetracampeã nacional) em seniores femininos, categoria +81 kg;
- Eva Branco, segundo lugar em seniores femininos, categoria 64 kg.

No que concerne aos resultados desportivos, importa ainda salientar o seguinte:

- participação em dez galas nacionais, sempre com vencedor masculino do FC Porto;
- participação em três galas em Espanha, com dois vencedores masculinos.

Já em outubro de 2016, fora do período em análise, a secção disputou o Golden Gloves Champion, na Maia, obtendo o primeiro lugar na categoria de 81 kg/masculino e o segundo na categoria de 60kg/masculino.

CICLISMO

Em janeiro do corrente ano, o ciclismo nacional voltou a contar com as cores do FC Porto, representado pela equipa W52-FC Porto-Porto Canal. A mesma depressa conseguiu reavivar o entusiasmo dos sócios e adeptos pela modalidade, tal como nas décadas de 1930 a 1980, antes da suspensão da secção. De facto, a formação foi a melhor a nível nacional e a que mais vitórias acumulou ao longo da época desportiva. Com um plantel de 12 ciclistas, percorreu Portugal de Norte a Sul e participou também em provas em Espanha (Voltas às Astúrias e Castela e Leão). Em ambas obteve um excelente terceiro lugar coletivo e, a nível individual, o oitavo lugar (António Carvalho) na primeira e o sétimo (Rafael Reis) na segunda.

Tendo começado por correr na Volta do Algarve, em fevereiro, o W52-FC Porto-Porto Canal depressa entrou no trilho das vitórias, tendo a primeira ocorrido na Clássica de Amarante, na qual Rafael Reis se destacou. No Grande Jornal de Notícias, em junho, o ciclista voltou a obter o primeiro lugar da classificação geral e António Carvalho ganhou a última etapa, que terminou na Avenida dos Aliados, no Porto.

Já fora do período em análise neste relatório disputou-se a Volta a Portugal, a prova nacional mais carismática de todas, em que o W52-FC Porto-Porto Canal se revelou demolidor. Foi a equipa que mais vitórias obteve em etapas, tendo triunfado nas mais difíceis e emblemáticas da Volta, em Mondim de Basto (Senhora da Graça) e Guarda (após passagens pela Torre). Nesta prova rainha, os Dragões conseguiram o primeiro (Rui Vinhas), segundo (Gustavo Veloso, camisola verde) e quarto lugares (Raúl Alarcón) da geral individual, bem como o primeiro por equipas, com mais de 16 minutos de vantagem sobre a segunda colocada. O FC Porto é o clube com mais títulos de vencedor da Volta a Portugal, tanto em termos individuais como coletivos.

Foi, sem dúvida, uma época muito positiva. Contudo, o objetivo é que o ciclismo azul e branco seja ainda mais forte e competitivo. A curto/médio prazo, o W52-FC Porto-Porto Canal quer participar em competições internacionais, em países como Brasil e França, bem como noutros com comunidades portuguesas.

DESPORTO ADAPTADO

A época ficou marcada pelos excelentes resultados desportivos nas principais modalidades (boccia, futebol de sete, natação e ténis de mesa) da secção. A utilização de espaços como a Piscina de Campanhã, o Vitalis Park e o Dragão Caixa proporcionaram excelentes condições de treino e contribuíram para aumentar ainda mais a inspiração e garra dos atletas. Segue-se uma resenha das principais conquistas.

Boccia:

- Campeonato Regional: 1.º lugar do par BC4 e 1.º lugar individual de Pedro da Clara (BC4);
- Campeonato Nacional: 1.º lugar do par BC4;
- Campeonato de Portugal: 1.º lugar do par BC4;
- Representações nacionais: Pedro da Clara, no Bisfed World Open, em Santiago de Cali, Colômbia; Carla Oliveira, no Bisfed World Individual Championship; Carla Oliveira e Pedro da Clara, no Bisfed World Open, na Póvoa de Varzim, em que Pedro da Clara foi 2.º em termos individuais na classe BC4.

Futebol de sete:

- Campeonato Nacional: 1.º lugar;
- Representações nacionais: já fora do período em análise no relatório, estiveram presentes 11 atletas na seleção portuguesa que disputou o Torneio de apuramento para o Campeonato do Mundo, conseguido graças ao 4.º lugar final.

Natação:

- Campeonato Nacional de Inverno: 1.º lugar – cinco atletas; 2.º lugar – seis atletas; 3.º lugar – três atletas;
- Campeonato Nacional de Verão: 1.º lugar – nove atletas; 2.º lugar – quatro atletas; 3.º lugar – seis atletas.

Ténis de Mesa:

- Campeonato Nacional (ANDDI): 1.º lugar em pares (Pedro Cardoso e António Macedo), 1.º lugar por equipas (Pedro Cardoso e António Macedo) e 1.º lugar individual (Pedro Cardoso);
- Campeonato de Portugal (ANDDI): 1.º lugar em pares (Pedro Cardoso, António Macedo), 1.º lugar individual (Pedro Cardoso);
- Taça de Portugal (ANDDI): 1.º lugar em pares (Pedro Cardoso, António Macedo);
- Campeonato Nacional (FPDD): 1.º lugar.

A secção de desporto adaptado conta ainda com equipas de futsal e basquetebol, que treinam com objetivos de recreação, integração social e desenvolvimento motor. Ainda dentro destes objetivos, criou um projeto destinado a crianças com deficiência, que tem vindo a demonstrar excelentes resultados no desenvolvimento das capacidades físicas, sociais e psicológicas.

Já fora do período em análise neste relatório, em setembro de 2016, Carla Oliveira e Pedro da Clara participaram nos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro, em boccia BC4, como resultado do trabalho efetuado ao longo da época 2015/16. Na variante de pares, ainda com a participação de Domingos Vieira, do SC Braga, foram oitavos; na competição individual, Pedro da Clara foi sétimo. Em julho, a equipa de futebol de sete conquistou ainda o Campeonato de Portugal.

FUTEBOL

A temporada 2015/16 ficou aquém das expectativas em termos de resultados. A equipa principal passou o Ano Novo na liderança da Liga portuguesa, mas viria depois a cair na classificação, terminando no terceiro lugar. As hipóteses de conquistar um título esfumaram-se no último jogo da época, a final da Taça de Portugal, com uma derrota nos penáltis frente ao Sporting de Braga. Na fase de grupos da Liga dos Campeões, os dez pontos amealhados não foram suficientes para garantir a qualificação para os oitavos de final, uma ocorrência pouco comum no historial da prova e inédita para os Dragões. O terceiro lugar no grupo G valeu um bilhete para os 16 avos de final da Liga Europa, e aí o sorteio foi pouco simpático, ditando um confronto com o Borussia Dortmund, que triunfou na Alemanha (2-0) e no Dragão (1-0).

A época acabou assim por ser atribulada, verificando-se uma troca de treinador em janeiro, saindo Julen Lopetegui e entrando José Peseiro. O início de temporada tinha sido marcado pela saída de



vários futebolistas fundamentais, alguns deles de forma inevitável (Casemiro e Óliver Torres regressaram a Real e Atlético de Madrid, terminado o período de empréstimo), enquanto outros (Danilo, Alex Sandro e Jackson Martínez) foram alvo de propostas irrecusáveis. Para colmatar essas baixas, a administração da SAD do FC Porto contratou futebolistas como Iker Casillas, um dos mais prestigiados jogadores da história da modalidade, Maxi Pereira, Layún, Danilo, André André, Corona, Imbula, Alberto Bueno e Pablo Osvaldo. A maioria das incorporações revelou-se uma mais-valia, mas o plantel foi incapaz de manter a regularidade na segunda metade da época.

O exercício trouxe, porém, boas notícias em relação ao futuro, com o FC Porto B a sagrar-se vencedor da Segunda Liga e a equipa Sub-19 a conquistar, pelo segundo ano consecutivo, o título nacional da categoria. Merece especial relevo o feito dos “bês”, que apenas encontra paralelo em Espanha, onde a formação secundária do Real Madrid se sagrou campeã em 1983/84. No âmbito de uma divisão muito competitiva, o treinador Luís Castro potenciou o talento de jogadores jovens e maioritariamente formados nas escolas do clube, que podem alimentar o plantel principal num futuro próximo. O avançado André Silva é o melhor exemplo deste trabalho.

Já fora do período em análise neste relatório, o FC Porto garantiu o acesso à fase de grupos da Liga dos Campeões, eliminando a Roma, que gastou mais de 100 milhões de euros em reforços sonantes no defeso. A vitória por 3-0 em Itália, na segunda mão do *play-off*, deixou vincada a determinação da equipa em voltar às conquistas em 2016/17, tendo para tal sido reforçada com Felipe, Boly, Alex Telles, João Teixeira, Óliver Torres, Depoitre, Diogo Jota e os regressos dos emprestados Otávio e Adrián López. Por seu turno, Helton, Martins Indi, José Ángel, Aboubakar, Marega e Suk abandonaram o plantel.

HÓQUEI EM PATINS

A época desportiva 2015/16 foi de profunda alteração, a nível da equipa técnica e constituição do plantel. A direção contratou um novo treinador e um preparador físico, os espanhóis Guillem Cabestany e Carles López, bem como quatro novos atletas. Foi uma aposta para o futuro, com o objetivo primeiro de recolocar o FC Porto na senda dos títulos.

Desportivamente, a época foi melhor do que a anterior, nomeadamente graças à conquista da Taça de Portugal, a 15.ª do clube. Todavia, ficou um certo amargo de boca pelo segundo lugar obtido no Campeonato Nacional, bem como pelo não apuramento para a final a quatro da Liga Europeia. Depois de uma excelente fase de grupos, em que os Dragões terminaram em primeiro lugar, com duas significativas vitórias frente ao Barcelona, surgiu uma eliminação imprevista frente à Oliveirense, nos quartos de final. Pode dizer-se, contudo, que a época confirmou a ideia de um futuro risonho na



modalidade, já que o plantel demonstrou qualidade e tem uma larga margem de evolução, dada a sua juventude.

Relativamente à equipa de Sub-20 (juniores), a prestação foi razoável, com o apuramento para a fase final do respetivo campeonato. Já a equipa de Sub-15 (iniciados) conquistou o título de campeão nacional de forma brilhante, sem qualquer derrota na *final four* da prova.

É de sublinhar também a presença de muitos atletas do FC Porto nas várias seleções nacionais, com alguns deles a obterem os títulos máximos (Mundial e Europeu) nas respetivas categorias. Em Oliveira de Azeméis, a equipa sénior de Portugal sagrou-se campeã da Europa com quatro portistas (Nélson Filipe, Gonçalo Alves, Hélder Nunes e Rafa), a maior representação a nível de clubes.

Para além do período em análise neste relatório, deu-se a conquista da Supertaça, com uma goleada sobre o Benfica (13-7), que marcou uma posição forte dos Dragões no panorama da modalidade a nível nacional. A luta será dura, perspetivando-se que Benfica, Sporting e Oliveirense sejam os principais concorrentes dos portistas na discussão do título.

NATAÇÃO

A nova Piscina de Campanhã constituiu a principal conquista da época da natação do FC Porto. A fabulosa estrutura, completamente remodelada e modernizada, passou a estar ao serviço dos portuenses em geral e dos associados e seus filhos em particular, tendo estes a possibilidade de aceder ao setor competitivo, integrando a equipa mais categorizada e titulada da modalidade em Portugal.

A época da equipa principal ficou ainda marcada pela inédita conquista do octocampeonato nacional de clubes, em femininos. É de realçar igualmente o terceiro lugar em masculinos e os 37 nadadores campeões nacionais e os três internacionais.

O grande número e qualidade técnica das equipas de pré-competição, cadetes e infantis é garantia de um futuro próximo de novos campeões. Igualmente notável foi a consolidação da equipa *master*, constituída por *velhas glórias* que não se fizeram rogadas ao longo da época, colecionando títulos e recordes nos diversos escalões etários e alcançando um importante lugar no pódio coletivo da categoria.



O relançamento das famosas escolas de natação portistas, através do Dragon Force, irá certamente produzir um enorme número de *golfinhos* azuis-e-brancos. A nossa nova piscina, orgulho de portuenses e portistas, será, seguramente, um viveiro de grandes campeões.



5. Proposta de Aplicação dos Resultados

No exercício económico de 2015/2016, no que respeita às contas individuais, o Futebol Clube do Porto obteve um Resultado Líquido do Exercício negativo de 11.625.419 Euros (onze milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e dezanove euros).

Nos termos do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, a Direção propõe a seguinte aplicação do prejuízo apurado no exercício:

Para Resultados Transitados: - 11.625.419 Euros

Porto, 19 de outubro de 2016

B. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

1. Balanços

ATIVO	Notas	30 junho 2016	30 junho 2015
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	19.774.053	19.212.266
Propriedades de investimento	7	13.073.261	12.917.465
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	42.616.218	54.266.989
Participações financeiras - outros métodos	8	62.000	62.218
Outros ativos financeiros		285	-
Total do ativo não corrente		<u>75.525.817</u>	<u>86.458.938</u>
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	10	891.350	1.400.976
Estado e outros entes públicos	15	1.627.836	1.326.423
Outras contas a receber	10	609.315	415.030
Diferimentos	11	41.811	51.391
Outros ativos financeiros	4 e 10	1.133.524	318.999
Caixa e depósitos bancários	4 e 10	540.474	55.997
Total do ativo corrente		<u>4.844.310</u>	<u>3.568.816</u>
Total do ativo		<u>80.370.127</u>	<u>90.027.754</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Outras reservas	12	43.837.493	43.790.792
Resultados transitados		53.974.235	42.412.065
Ajustamentos em activos financeiros		(51.307.335)	(51.415.229)
Excedentes de revalorização	12	5.720.784	5.720.784
Outras variações no capital próprio	12	1.495.924	-
		<u>53.721.101</u>	<u>40.508.412</u>
Resultado líquido do exercício		(11.625.419)	11.562.170
Total do capital próprio	12	<u>42.095.682</u>	<u>52.070.582</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	13	1.483.255	1.593.092
Financiamentos obtidos	14	2.989.147	4.454.167
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	13	807.147	782.833
Outras contas a pagar	14	3.630.677	3.531.637
Diferimentos	16	7.968.803	9.488.956
Total do passivo não corrente		<u>16.879.029</u>	<u>19.850.685</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	14	15.898.416	8.462.804
Estado e outros entes públicos	15	98.422	1.148.140
Financiamentos obtidos	14	1.488.734	2.442.471
Outras contas a pagar	14	2.098.502	3.965.190
Diferimentos	16	1.811.342	2.087.882
Total do passivo corrente		<u>21.395.416</u>	<u>18.106.487</u>
Total do passivo		<u>38.274.445</u>	<u>37.957.172</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>80.370.127</u>	<u>90.027.754</u>



2. Demonstrações dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	30 Junho 2016	30 Junho 2015
Vendas e serviços prestados	17	11.890.303	12.118.001
Subsídios à exploração		10.883	7.644
Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	(11.782.163)	1.781.385
Fornecimentos e serviços externos	18	(7.467.085)	(6.881.927)
Gastos com o pessoal	19	(2.954.060)	(2.175.198)
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)	8	-	48.000
Outros rendimentos e ganhos	21	394.566	9.462.338
Outros gastos e perdas	22	(90.673)	(1.394.125)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>(9.998.229)</u>	<u>12.966.118</u>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	20	(1.495.606)	(1.323.188)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>(11.493.835)</u>	<u>11.642.930</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	23	17.983	12.859
Juros e gastos similares suportados	23	(135.469)	(526.063)
Resultado antes de impostos		<u>(11.611.321)</u>	<u>11.129.726</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	9	(14.098)	432.444
Resultado líquido do exercício		<u>(11.625.419)</u>	<u>11.562.170</u>

3. Demonstrações das Alterações no Capital Próprio

Notas	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no início do exercício (1 de Julho de 2014)							
	43.745.619	44.766.683	(29.044.269)	5.720.784	-	(2.354.618)	62.834.199
Alterações no exercício:							
	-	(2.354.618)	-	-	-	2.354.618	-
8	-	-	(22.370.960)	-	-	-	(22.370.960)
12	45.173	-	-	-	-	-	45.173
	<u>43.790.792</u>	<u>42.412.065</u>	<u>(51.415.229)</u>	<u>5.720.784</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>40.508.412</u>
Resultado líquido do exercício							
						11.562.170	11.562.170
						<u>11.562.170</u>	<u>52.070.582</u>
Resultado integral							
						<u>11.562.170</u>	<u>52.070.582</u>
Posição no fim do exercício (30 de Junho de 2015)							
	43.790.792	42.412.065	(51.415.229)	5.720.784	-	11.562.170	52.070.582
Posição no início do exercício (1 de Julho de 2015)							
	-	11.562.170	-	-	-	(11.562.170)	-
8	-	-	107.894	-	-	-	107.894
12	46.701	-	-	-	-	-	46.701
5 e 12	-	-	-	-	1.528.094	-	1.528.094
5, 12 e 21	-	-	-	-	(32.170)	-	(32.170)
	<u>43.837.493</u>	<u>53.974.235</u>	<u>(51.307.335)</u>	<u>5.720.784</u>	<u>1.495.924</u>	<u>-</u>	<u>53.721.101</u>
Resultado líquido do exercício							
						(11.625.419)	(11.625.419)
						<u>(11.625.419)</u>	<u>42.095.682</u>
Resultado integral							
						<u>(11.625.419)</u>	<u>42.095.682</u>
Posição no fim do exercício (30 de Junho de 2016)							
	43.837.493	53.974.235	(51.307.335)	5.720.784	1.495.924	(11.625.419)	42.095.682

4. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Notas	30 Junho 2016	30 Junho 2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes e associados		11.929.104	11.850.864
Pagamentos a fornecedores		(2.593.768)	(3.856.431)
Pagamentos ao pessoal		(2.939.250)	(2.177.748)
		6.396.086	5.816.685
Caixa gerada pelas operações		6.396.086	5.816.685
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(826.214)	(111.820)
Outros recebimentos / pagamentos		86.392	(1.134.201)
		(826.214)	(111.820)
		86.392	(1.134.201)
		5.656.264	4.570.664
Fluxos das atividades operacionais [1]		5.656.264	4.570.664
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		(3.331.130)	(2.033.694)
Outros activos		(814.525)	(194.307)
		(4.145.655)	(2.228.001)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	37.500.000
Subsídios ao investimento		1.528.094	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	37.500.000
		1.528.094	37.500.000
Fluxos das atividades de investimento [2]		(2.617.561)	35.271.999
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	673.994
Outras operações de financiamento		-	673.994
		-	673.994
Pagamentos respeitantes a:			
Aumentos de capital		-	(37.500.000)
Financiamentos obtidos		(2.383.768)	(3.055.666)
Juros e gastos similares		(170.458)	(526.063)
Outras operações de financiamento		-	(41.081.729)
		(2.554.226)	(41.081.729)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(2.554.226)	(40.407.734)
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		484.477	(565.071)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	55.997	621.068
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	540.474	55.997

5. Anexo às Demonstrações Financeiras

1 NOTA INTRODUTÓRIA

O Futebol Clube do Porto (“Clube” ou “Empresa”) é uma associação desportiva de utilidade pública, foi fundado em 28 de Setembro de 1893 e tem a sua sede social no Estádio do Dragão – Entrada Nascente – 3º Andar, 4350-415 Porto. A sua atividade principal consiste, essencialmente, na promoção da educação física dos associados e no desenvolvimento da prática de desportos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Direção, na reunião de 19 de outubro de 2016. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Associados, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

A Direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições legais em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 30 de junho de 2016.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Clube, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que o Clube espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	8 a 30
Equipamento básico	3 a 30
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.4 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo (que inclui custos de transação). Subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o modelo do custo.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis do Clube com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.6 Participações financeiras em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

As participações em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do Clube nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados do Clube incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção do Clube nos prejuízos acumulados da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o Clube tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, o Clube retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Clube nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

3.7 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Clube se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

Estas participações financeiras são mensuradas ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados, exceto quando dizem respeito a entidades cujos instrumentos de capital próprio não são negociados publicamente (ações não cotadas em bolsa) e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, caso em que as mesmas são mensuradas ao custo deduzido

de perdas por imparidade acumuladas. Os instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

b) Ativos e passivos financeiros detidos para negociação

São considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação.

c) Outros ativos e passivos financeiros designados a justo valor por resultados

São ainda incluídos na categoria de “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados” todos os ativos e passivos financeiros, independentemente da sua natureza, que, no seu reconhecimento inicial, tenham sido designados como tal.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O Clube desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

O Clube desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8 Subsídios de Entidades Governamentais

Os subsídios de Entidades Governamentais apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Clube irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio quando existe uma certeza razoável de que o Clube irá cumprir as suas obrigações e que os mesmos serão atribuídos e recebidos, sendo subseqüentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Clube;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Clube;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de royalties é reconhecido segundo o regime do acréscimo de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Clube e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Clube e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito do Clube a receber o correspondente montante.

3.10 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento;
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões;
- d) Pressuposto de continuidade das operações, num contexto de fundo de maneio negativo, em que a mesma está dependente do apoio de entidades relacionadas assim como de instituições financeiras;
- e) Apuramento das responsabilidades por benefícios pós-emprego.

3.11 Imposto sobre o rendimento

O Clube, na sua qualidade de pessoa coletiva de direito privado, constituída como associação desportiva de utilidade pública, não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, pelo que a tributação em sede de IRC incide sobre o rendimento global, formado pela soma algébrica dos rendimentos líquidos das diversas categorias, determinados nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS) e, bem assim, dos incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito. Os rendimentos que provenham de qualquer atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola exercida ainda que a título acessório não estão abrangidas pela isenção de IRC.

3.12 Provisões

As provisões são registadas quando o Clube tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.13 Benefícios pós-emprego

O Clube assumiu, o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos.

O Clube tem um plano de benefício definido para complemento de reforma. As responsabilidades do Clube relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos na demonstração dos resultados, no exercício em que ocorrem.

O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha recta durante o período até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos.

3.14 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção do pavilhão Dragão Caixa foram capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros teve início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongaram-se enquanto estiveram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessou quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda ficaram concluídas.

3.15 Especialização dos exercícios

O Clube regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.



3.16 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Caixa e depósitos bancários

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes em 30 de junho de 2016 e 2015 detalha-se conforme se segue:

	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Numerário	220	-
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	540.254	55.997
	<u>540.474</u>	<u>55.997</u>

Outros ativos financeiros

Em 30 de junho de 2016 e 2015 a rubrica de “Outros ativos financeiros” respeita a quantias de disponibilidades que se encontram cativas de modo a fazer face ao serviço da dívida do empréstimo do Pavilhão Dragão Caixa.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

30 de junho de 2016

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	1.873.964	19.019.829	2.403.670	90.181	124.760	4.989	1.646.851	25.164.244
Aquisições	-	1.168.122	350.675	-	-	-	119.592	1.638.389
Transferências	-	1.646.851	-	-	-	-	(1.646.851)	-
Abates	-	-	-	(42.000)	-	-	-	(42.000)
Saldo final	1.873.964	21.834.802	2.754.345	48.181	124.760	4.989	119.592	26.760.633
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	4.463.126	1.274.391	89.828	124.633	-	-	5.951.978
Depreciações do exercício	-	830.749	245.544	250	59	-	-	1.076.602
Abates	-	-	-	(42.000)	-	-	-	(42.000)
Saldo final	-	5.293.875	1.519.935	48.078	124.692	-	-	6.986.580
Ativos líquidos	1.873.964	16.540.927	1.234.410	103	68	4.989	119.592	19.774.053

30 de junho de 2015

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	1.873.964	18.062.701	1.845.686	90.181	124.760	4.989	-	22.002.281
Aquisições	-	957.128	557.984	-	-	-	1.646.851	3.161.963
Saldo final	1.873.964	19.019.829	2.403.670	90.181	124.760	4.989	1.646.851	25.164.244
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	3.725.906	1.092.333	89.578	124.552	-	-	5.032.369
Depreciações do exercício	-	737.220	182.058	250	81	-	-	919.609
Saldo final	-	4.463.126	1.274.391	89.828	124.633	-	-	5.951.978
Ativos líquidos	1.873.964	14.556.703	1.129.279	353	127	4.989	1.646.851	19.212.266

Em 30 de junho de 2015 os ativos fixos tangíveis em curso eram relativos a trabalhos de remodelação nas piscinas da Campanha, para as quais a Empresa beneficia de um subsídio ao investimento, atribuído pelo QREN; cujo montante máximo financiado ascende a 70% do custo total elegível da operação até um montante de 1.608.520 Euros. Durante o exercício findo em 30 de junho de 2016 as referidas obras foram concluídas ficaram disponíveis para uso tendo as mesmas sido transferidas para ativo fixo firme. Em 30 de junho de 2016 o Clube já havia recebido, relativamente a este subsídio, verbas no montante global de 1.528.094 Euros, tendo reconhecido este valor, inicialmente, na rubrica do capital próprio “Outras variações no capital próprio”, encontrando-se o Clube subsequentemente a imputar numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam (Nota 21).

A 30 de junho de 2016 e 2015 o pavilhão Dragão Caixa, cujo valor líquido ascendia a 10.970.584 Euros e 11.462.066 Euros, respetivamente, havia sido prestado como garantia relativamente ao financiamento bancário contraído para financiar a sua construção.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, tal como se encontra descrito na Nota 3.2.

As depreciações do exercício, no montante de 1.076.602 Euros (919.609 Euros em 30 de junho de 2015), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 20).

6 LOCAÇÕES

Locações financeiras

Em 30 de junho de 2016 não existiam responsabilidades com contratos de locação financeira.

Locações operacionais

Em 30 de junho de 2016 a Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com imóveis, os quais se encontram denominados em Euros.

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

	Gasto do período	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Pagamentos (Nota 18)	389.612	444.927
Acerto de linearização		-
	<u>389.612</u>	<u>444.927</u>
Rendas contingentes	-	-
Pagamentos de sublocação	-	-
	<u><u>389.612</u></u>	<u><u>444.927</u></u>

O rendimento relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

	Rendimento do período	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Recebimentos	1.584.794	1.594.543
Acerto de linearização		-
	<u>1.584.794</u>	<u>1.594.543</u>
Rendas contingentes		
	<u><u>1.584.794</u></u>	<u><u>1.594.543</u></u>

Em 30 de junho de 2016 e 2015 os rendimentos de locações operacionais incluem, essencialmente, rendimentos com a cedência de exploração comercial do Museu do FCP à Porto Comercial.

7 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, foi o seguinte:

	30 de junho de 2016		
	Propriedades de investimento		
	Arrendadas	Para venda	Total
Saldo inicial - quantia bruta	12.969.697	1.157.456	14.127.153
Adições	574.800	-	574.800
Saldo final - quantia bruta	13.544.497	1.157.456	14.701.953
Saldo inicial - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(729.970)	(479.718)	(1.209.688)
Depreciações do exercício	(398.173)	(20.831)	(419.004)
Saldo final - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(1.128.143)	(500.549)	(1.628.692)
Saldo final - quantia escriturada líquida	12.416.354	656.907	13.073.261

	30 de junho de 2015		
	Propriedades de investimento		
	Arrendadas	Para venda	Total
Saldo inicial - quantia bruta	12.969.697	1.157.456	14.127.153
Transferência de Ativos Fixos Tangíveis (Nota 5)	-	-	-
Saldo final - quantia bruta	12.969.697	1.157.456	14.127.153
Saldo inicial - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(347.221)	(458.887)	(806.108)
Depreciações do exercício	(382.749)	(20.830)	(403.579)
Regularizações	-	(1)	(1)
Saldo final - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(729.970)	(479.718)	(1.209.688)
Saldo final - quantia escriturada líquida	12.239.727	677.738	12.917.465

No decurso dos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	30 de junho de 2016				Resultado
	Rendimentos de rendas	Gastos directos	Amortizações do exercício	Perdas por imparidade	
Arrendadas:					
Terrenos - lotes 1.1 e 1.4	84.794	-	-	-	84.794
Sede antiga FCP	-	-	(36.758)	-	(36.758)
Museu FCP	1.500.000	-	(361.415)	-	1.138.585
	1.584.794	-	(398.173)	-	1.186.621
Para venda:					
Piso 14 da Torre das Antas	-	-	(20.831)	-	(20.831)
	1.584.794	-	(419.004)	-	1.165.790

	30 de Junho de 2015				
	Rendimentos de rendas	Gastos directos	Amortizações do exercício	Perdas por imparidade	Resultado
Arrendadas:					
Terrenos - lotes 1.1 e 1.4	81.970	-	-	-	81.970
Sede antiga FCP	12.573	-	(36.759)	-	(24.186)
Museu FCP	1.500.000	-	(345.990)	-	1.154.010
	<u>1.594.543</u>	<u>-</u>	<u>(382.749)</u>	<u>-</u>	<u>1.211.794</u>
Para venda:					
Piso 14 da Torre das Antas	-	-	(20.830)	-	(20.830)
	-	-	(20.830)	-	(20.830)
	<u>1.594.543</u>	<u>-</u>	<u>(403.579)</u>	<u>-</u>	<u>1.190.964</u>

As propriedades de investimento são amortizadas de acordo com o método das quotas constantes cujas vidas úteis estimadas variam entre os 30 e os 50 anos.

Em 30 de junho de 2016 e 2015 a sede antiga do FCP, cujo valor líquido ascendia a 857.304 Euros e 892.850 Euros, respetivamente, havia sido dada como garantia relativamente ao financiamento bancário contraído para financiar a sua aquisição.

Em 30 de junho de 2016, os “Terrenos – Lotes 1.1 e 1.4” da Torre das Antas, cujo valor líquido contabilístico ascendia a 1.486.149 Euros, encontram-se dados como garantia relativamente ao financiamento bancário no Millennium BCP contraído pelo FC Porto e FC Porto SAD no valor de 185.000 Euros e 412.500 Euros, respetivamente.

Em 30 de junho de 2016 as avaliações externas de propriedades de investimento mais recentes efetuadas por um avaliador independente podem ser resumidas como segue:

Imóvel	Entidade	Data da última avaliação	Metodologia	Valor imóvel	Valor líquido a 30-06-2016
Terrenos - Lotes 1.1 e 1.4	COMperito, Lda.	Setembro 2016	Valorização pelo Método do Valor Residual Dinâmico - Abordagem Discounted Cash-Flow (“DCF”)	5 900 000	1 486 149

Imóvel	Entidade	Data da última avaliação	Metodologia	Valor imóvel	Valor líquido a 30-06-2016
Torre das Antas	COMperito, Lda.	Setembro 2016	Valorização pelo Método Comparativo ou de Mercado	800 000	656 907
Sede antiga	COMperito, Lda.	Setembro 2016	Valorização pelo Método do Custo de Reposição	1 650 000	856 093

As amortizações do exercício, no montante de 419.004 Euros (403.580 Euros em 30 de junho de 2015), foram registadas na rubrica de “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 19).

8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras”, incluindo as respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

30 de junho de 2016			
	Método da equiv. patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	54.266.989	62.218	54.329.207
Transferências	-	(218)	(218)
Método da equivalência patrimonial	(11.650.771)	-	(11.650.771)
Saldo final	42.616.218	62.000	42.678.218
Activos líquidos	42.616.218	62.000	42.678.218

30 de Junho de 2015			
	Método da equiv. patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	77.898.017	51.470	77.949.487
Aquisições	39.633.905	218	39.634.123
Alienações	(36.612.068)	-	(36.612.068)
Regularizações	-	10.530	10.530
Método da equivalência patrimonial	(26.652.865)	-	(26.652.865)
Saldo final	54.266.989	62.218	54.329.207
Perdas por imparidade			
Saldo inicial	-	37.470	37.470
Perdas por imparidade do exercício (perdas / reversões)	-	(48.000)	(48.000)
Regularizações	-	10.530	10.530
Saldo final	-	-	-
Activos líquidos	54.266.989	62.218	54.329.207

Aquisições

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2015 o Futebol Clube do Porto adquiriu 2.818.185 ações ordinárias, correspondentes a 18,79% dos direitos de voto da FCP, SAD, às sociedades Somague Imobiliária, S.A. e Somague - Engenharia, S.A.. Em consequência deste negócio, ao Futebol Clube do Porto passou a ser imputável mais de 50% dos direitos de voto na Sociedade pelo que o Clube se viu obrigado a lançar um Oferta Pública de Aquisição sobre as ações em oferta. Da conclusão deste processo o Futebol Clube do Porto adquiriu mais 464.746 ações, correspondentes a 3,1% dos direitos de voto daquela participada.

Ainda durante o exercício findo em 30 de junho de 2015, a FCP, SAD efetuou um aumento de capital no montante de 37.500.000 Euros, realizado por entradas em dinheiro através da subscrição

particular pelo Futebol Clube do Porto de 7.500.000 ações preferenciais sem voto com valor nominal de 5 Euros por ação.

Alienações do período

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2015 o Clube alienou uma participação equivalente a 47% do capital social da Euroantas à FC Porto SAD por 51.765.250 Euros gerando uma mais-valia bruta no montante de 15.144.182 Euros. Dado que, à data desta operação, o Clube detinha 40% da FCP, SAD, parte dessa mais-valia, correspondente a 6.057.673 Euros foi anulada e reclassificada para a rubrica de investimentos financeiros, tendo o Clube refletido nas suas demonstrações financeiras uma mais-valia líquida de 9.086.509 Euros (Nota 21).

Em 30 de junho de 2016 e 2015, os ajustamentos nas participações financeiras resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial tiveram a seguinte contrapartida:

	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Resultados imputadas a subsidiárias e associadas	(11.782.163)	1.781.385
Anulação da mais-valia decorrente da alienação de parte do investimento financeiro da Euroantas	-	(6.057.673)
Ajustamentos em activos financeiros (capital próprio)	107.894	(22.370.960)
Provisões (Nota 13)	23.497	(5.617)
Participações financeiras	(11.650.771)	(26.652.865)

Em 30 de junho de 2016 a variação respeitante “Ajustamentos em ativos financeiros (capital próprio)” respeita à variação no justo valor do swap de taxa de juro da subsidiária Euroantas,S.A. (107.894 Euros).

Em 30 de junho de 2015 a variação respeitante “Ajustamentos em ativos financeiros (capital próprio)” respeita (i) à variação no justo valor do swap de taxa de juro da subsidiária Euroantas,S.A. (129.040 Euros) e ao (ii) efeito do aumento de capital realizado pela FCP, SAD no montante global de 37.500.000 Euros e subscrito integralmente pelo FCP Clube durante o exercício findo em 30 de junho de 2015 (-22.500.000 Euros).

Em 30 de junho de 2016 e 2015 o Clube evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias:

	Sede	30 de junho de 2016											
		Activo	Passivo	Capital próprio atribuível aos acionistas da Empresa-Mãe	Total de rendimentos	Resultado líquido atribuível aos da Empresa-Mãe	% detida	MEP p/ resultados	MEP p/ capitais	Investimento Financeiro	Provisão (Nota 13)		
Subsidiárias:													
Euroantas, S.A.	Porto	110 786 233	30 372 205	80 414 028	13 146 062	1 126 650	52,9960%	597 079	107 894	42 616 218	-		
Investiantas, S.A.	Porto	n/a	n/a	(370 453)	n/a	-	84,0%	-	-	-	(301 395)		
FC Porto, Serviços Partilhados	Porto	2 527 131	2 619 660	(92 529)	5 388 226	(24 476)	96,0%	(23 497)	-	-	(88 828)		
FC Porto, Futebol SAD (*)	Porto	375 044 928	349 180 731	(33 578 495)	153 161 019	(58 410 836)	74,6%	(12 355 745)	-	-	-		
										(11 782 163)	107 894	42 616 218	(390 223)

	Sede	30 de junho de 2015									
		Activo	Passivo	Capital próprio atribuível aos acionistas da Empresa-Mãe	Total de rendimentos	Resultado líquido atribuível aos acionistas da Empresa-Mãe	% detida	MEP p/ resultados	MEP p/ capitais	Investimento Financeiro	Provisão (Nota 13)
Subsidiárias:											
Euroantas, S.A.	Porto	9.185.956	35.068.729	79.083.788	13.065.702	936.401	52,9960%	496.255	129.040	41.911.244	-
Investiantas, S.A.	Porto	n/a	n/a	(370.453)	n/a	-	84,0%	-	-	-	(301.395)
FC Porto, Serviços Partilhados	Porto	2.677.251	2.745.304	(68.053)	5.476.797	5.850	96,0%	5.617	-	-	(65.330)
FC Porto, Futebol SAD (*)	Porto	359.235.360	276.131.441	24.340.144	186.762.444	19.351.824	74,6%	1.279.513	(22.500.000)	12.355.745	-
										<u>1.781.385</u>	<u>(22.370.960)</u>
										<u>54.266.989</u>	<u>(366.725)</u>

(*) Com base em demonstrações financeiras consolidadas.

Os investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Relativamente à subsidiária FC Porto, Futebol SAD, que, em 30 de junho de 2016, apresentava capitais próprios atribuíveis aos acionistas da Empresa-Mãe negativos, uma vez que o Clube não havia assumido obrigações legais ou construtivas de cobertura de prejuízos desta associada nem efetuou pagamentos a favor da mesma, o correspondente investimento foi relatado por valor nulo, não tendo sido reconhecido qualquer passivo relativamente à proporção do Clube nos prejuízos acumulados desta associada que excedeu o valor pelo qual o investimento se encontrava registado.

Apesar das demonstrações financeiras individuais da subsidiária FC Porto, Futebol SAD, em 30 de junho de 2016, evidenciarem um total do capital próprio negativo em aproximadamente 31 milhões de Euros e um fundo de maneiço negativo em aproximadamente 102 milhões de Euros (28 Milhões de Euros em 30 de junho de 2015), é convicção do Conselho de Administração da FC PORTO, SAD, suportado em orçamentos de tesouraria anuais, que com base (i) nos financiamentos entretanto obtidos ou em via de formalização, (ii) na renegociação de prazos de vencimento de atuais financiamentos, (iii) na realização de uma operação financeira para reestruturação do passivo, de forma a assentar uma parte significativa deste no longo prazo, bem como (iv) na previsão do eventual encaixe financeiro e / ou financiamento de créditos garantidos com a alienação de direitos desportivos de jogadores, tal como tem vindo a ser prática em exercícios anteriores, que o risco de liquidez encontra-se devidamente mitigado.

A 30 de junho de 2015, dado que a subsidiária FC Porto, Futebol SAD relatou lucros e os capitais próprios atribuíveis aos acionistas da Empresa-Mãe, em 30 de junho de 2014, eram negativos, o Clube retomou o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros ter igualado a parte das perdas não reconhecidas.

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2015 foi ainda revertida uma perda por imparidade no montante de 48.000 Euros referente à empresa relacionada FCP Media, S.A..

9 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Clube aos exercícios findos entre 30 de junho de 2013 e 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

1.953.127 Euros, respetivamente, relativas ao enquadramento tributário dos subsídios atribuídos pelo Instituto Nacional do Desporto no âmbito da construção do Estádio do Dragão. Apesar de o Clube ter reconhecido estes montantes na rubrica de “Provisões” em exercícios anteriores (Nota 13), reclamou o teor das respetivas liquidações, estando neste momento os dois processos impugnados judicialmente.

No entanto, no decorrer do Regime Excecional de Regularização de Dívidas à Segurança Social e à Autoridade Tributária (“RERD”) concedido pelo Ministério das Finanças aos pagamentos voluntários efetuados pelos sujeitos passivos até 31 de Dezembro de 2013 relativos aos montantes de imposto em falta, o Futebol Clube do Porto liquidou o montante de 2.830.272 Euros relativos aos referidos processos fiscais, utilizando a provisão criada para o efeito neste montante e revertendo o valor remanescente, no montante de 381.514 Euros.

Não obstante a realização deste pagamento, o Clube mantém as impugnações judiciais, mantendo ativos contingentes relacionados com os mesmos conforme detalhado na Nota 13.

Relativamente à liquidação adicional respeitante ao exercício findo em 30 de junho de 2004 (exercício fiscal de 2003) foi emitida, em 25 de Setembro de 2012, sentença parcialmente favorável ao Futebol Clube do Porto pelo Tribunal Administrativo do Porto (TAF), tendo a Autoridade Tributária interposto recurso em 15 de Novembro de 2012. Em 9 de julho de 2014 a sentença favorável foi confirmada pelo Supremo Tribunal Administrativo (STA). Após a prolação do douto Acórdão do STA que decidiu (em última instância) o recurso interposto pela Fazenda Pública da decisão do TAF do Porto que julgou parcialmente procedente a Impugnação judicial da liquidação adicional (oficiosa) de IRC de 2003 do FC Porto, veio ainda a Fazenda Pública interpor recurso para o Tribunal Constitucional, circunscrito apenas à apreciação da inconstitucionalidade quanto à repartição das custas processuais. Deste modo estando só em causa a repartição das custas processuais o FCP reconheceu, no exercício findo em 30 de junho de 2015, um proveito relacionado com as liquidações adicionais de IRC do exercício de 2003, no montante de 1.258.659 Euros, por contrapartida de uma conta a receber na rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos”.

10 ATIVOS FINANCEIROS

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros em 30 de junho de 2016 e 2015 são detalhadas conforme se segue:

	30 de junho de 2016			30 de junho de 2015		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
ATIVOS FINANCEIROS						
Disponibilidades:						
Outros ativos financeiros	1.133.524	-	1.133.524	318.999	-	318.999
Caixa e depósitos bancários	540.474	-	540.474	55.997	-	55.997
	<u>1.673.998</u>	<u>-</u>	<u>1.673.998</u>	<u>374.996</u>	<u>-</u>	<u>374.996</u>
Ativos financeiros ao custo:						
Clientes	962.484	(71.134)	891.350	1.472.110	(71.134)	1.400.976
Outras contas a receber	609.315	-	609.315	415.030	-	415.030
	<u>1.571.799</u>	<u>(71.134)</u>	<u>1.500.665</u>	<u>1.887.140</u>	<u>(71.134)</u>	<u>1.816.006</u>
	<u>3.245.797</u>	<u>(71.134)</u>	<u>3.174.663</u>	<u>2.262.136</u>	<u>(71.134)</u>	<u>2.191.002</u>

Em 30 de junho de 2015 a rubrica “Clientes” incluía uma conta a receber da CGD (922.500 Euros), relativa a publicidade contratada por esta entidade (“*Naming Rights*” do Dragão Caixa), cujo valor foi recebido em Julho de 2015.

O movimento das perdas por imparidade acumuladas, em 30 de junho de 2016 e 2015, pode ser detalhada como segue:

	30 de junho de 2016				30 de junho de 2015			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidades acumuladas								
Clientes	71.134	-	-	71.134	71.134	-	-	71.134
Empresas do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>71.134</u>	-	-	<u>71.134</u>	<u>71.134</u>	-	-	<u>71.134</u>

Em 30 de junho de 2016 e 2015, a rubrica “Outras contas a receber” pode ser detalhada como segue:

	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Outras contas a receber		
Outros acréscimos de rendimentos	214.081	129.890
PortoComercial	333.454	241.177
Outros devedores e valores a regularizar	10.525	11.394
Outras contas a receber	51.255	32.569
	<u>609.315</u>	<u>415.030</u>

11 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 30 de junho de 2016 e 2015, as rubricas do ativo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Quotas	-	13.571
Seguros	40.121	37.440
Outros Gastos a Reconhecer	1.690	380
	<u>41.811</u>	<u>51.391</u>

12 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Revalorizações

A Empresa procedeu em anos anteriores (anteriormente à aplicação das NCRF) à revalorização dos seus ativos fixos ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- *Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de junho*
- *Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de maio*
- *Decreto-Lei nº 49/91 de 25 de janeiro*
- *Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de novembro*

Outras reservas

Em 30 de junho de 2016 e 2015 o Clube havia reforçado as Reservas Estatutárias em 46.701 Euros e 45.173 Euros, respetivamente, ao abrigo do fundo de assistência a atletas que, pelos estatutos, obriga ao reforço deste fundo no montante correspondente a 1% das quotas cobradas.

Outras variações no capital próprio

Em 30 de junho de 2016 a rubrica “Outras variações no capital próprio” corresponde ao valor por reconhecer relativamente ao subsídio ao investimento atribuído no âmbito do Programa Regional do Norte (ON.2) para efeitos da “Qualificação e beneficiação das Piscinas de Campanhã” (Notas 5 e 21).

13 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Provisões

A evolução das provisões nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

	30 de junho de 2016					30 de junho de 2015					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Regularizações	Utilizações	Saldo final	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Provisões participações financeiras (Nota 8)	366.725	23.497	-	1	-	390.223	372.342	-	(5.617)	-	366.725
Outras provisões	1.226.367	-	-	(1)	(133.334)	1.093.032	1.226.367	-	-	-	1.226.367
	<u>1.593.092</u>	<u>23.497</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(133.334)</u>	<u>1.483.255</u>	<u>1.598.709</u>	<u>-</u>	<u>(5.617)</u>	<u>-</u>	<u>1.593.092</u>

A Direção entende que as provisões constituídas em 30 de junho de 2016 e 2015 são adequadas face à graduação dos riscos que as mesmas se destinam a cobrir e à expectativa da Administração quanto à inexistência de impactos adicionais nas demonstrações financeiras anexas de eventuais riscos.

Responsabilidades para benefícios pós-emprego

O Clube assumiu o compromisso de conceder a determinados empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma. Estes benefícios encontram-se previstos no Acordo da Empresa entre o Futebol Clube do Porto e o CESP – Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal e outros.

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada em 15 de julho de 2016 pela Mercer (Portugal) Lda.. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método Projected Unit Credit.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes:

	30.06.2016	30.06.2015
Idade normal de reforma	66 anos	66 anos
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80 a 50%	EVK 80 a 50%
Taxa de desconto	1,50%	2,25%
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Taxa de crescimentos dos salários	3,00%	3,00%
Taxa de crescimentos das pensões	2,00%	2,00%

No decurso do exercício findo em 30 de junho de 2016 o Clube Empresa registou as responsabilidades para benefícios pós-emprego associados a este plano no montante de 807.147 Euros (Nota 19). O movimento da rubrica em 30 de junho de 2016 e 2015 é como se segue:

	30.06.2016	30.06.2015
Saldo inicial	782.833	848.940
Benefícios pagos	(77.184)	-
Custo de juros	16.776	22.192
(Ganhos)/perdas actuariais	84.722	(88.299)
Saldo final	807.147	782.833

Os riscos mais importantes a que o Plano de Pensões poderá estar exposto são os seguintes:

- Comportamento das variáveis demográficas;
- Alterações a ocorrer na Segurança Social;
- Indexação das pensões.

Foi efetuada uma análise de sensibilidade, com vista a medir o impacto nas responsabilidades causado pela alteração da taxa de desconto (variação positiva de 75 p.b.) sendo apurado um impacto negativo no valor das mesmas no montante de, aproximadamente, 50.700 Euros.

Ativos contingentes

Conforme referido na Nota 9, no exercício findo em 30 de junho de 2016, o Clube efetuou pagamentos de liquidações adicionais de processos fiscais, utilizando as provisões criadas para o efeito. No entanto, o Clube mantém ativas impugnações judiciais, em que reclama a devolução desses montantes.

Desta forma o Clube tem os seguintes ativos contingentes de natureza fiscal a 30 de junho de 2016:

Imposto	Natureza	Ativo contingente 30.06.2016
IRC 2004	Liquidação adicional	1.723.993
		1.723.993

Garantias bancárias

Em 30 de junho de 2016, o Clube apresenta duas garantias bancárias: uma no valor de 31.800 Euros a favor das Águas do Porto e outra no valor 1.800 Euros a favor da EDP.

Outras responsabilidades

O Futebol Clube do Porto é avalista da FC Porto SAD junto do Banco Espírito Santo (atualmente designado Novo Banco) num empréstimo no valor 11.000.000 Euros. Este contrato tem como garantia a receita dos lugares anuais do Estádio do Dragão.

14 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 30 de junho de 2016 e 2015 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outros passivos financeiros” apresentavam a seguinte composição:

	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Outras contas a pagar - não corrente		
Plano Mateus	3 408 947	3 408 947
Retenção - garantia de obra Museu	150 000	122 690
Fornecedores de investimentos	71 730	-
	<u>3 630 677</u>	<u>3 531 637</u>
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	<u>15 898 416</u>	<u>8 462 804</u>
	15 898 416	8 462 804
Outras contas a pagar - corrente		
Fornecedores de investimentos	337 905	1 527 576
Conta corrente - associados	263 713	256 073
Pessoal	133 032	115 058
Outros acréscimos de gastos	799 909	1 602 794
Remunerações a liquidar	5 712	10 775
Outras contas a pagar	<u>558 231</u>	<u>452 914</u>
	<u>2 098 502</u>	<u>3 965 190</u>
	<u>21 627 595</u>	<u>15 959 631</u>

Em 30 de junho de 2016 e 2015 a rubrica “Plano Mateus” diz respeito a dívidas à Autoridade Tributária e/ou Segurança Social que decorrem do Decreto-Lei 124/96 (“Plano Mateus”). Em 2012 a Federação Portuguesa de Futebol (FPF) pagou à Autoridade Tributária o valor em dívida remanescente do Plano Mateus (“Totonegocio”) relativamente aos clubes profissionais e não profissionais, tendo chegado a um acordo, em 26 de Dezembro de 2012, com o FCP e a FCP, SAD em que estes últimos reconhecem e aceitam que a FPF fique sub-rogada nos direitos da Autoridade Tributária. O valor registado nesta rubrica reflete a melhor estimativa da Direção relativamente ao valor final (ainda não apurado) a liquidar à FPF e às Autoridades Tributárias relativamente ao “Plano Mateus”.

O valor registado na rubrica “Fornecedores, conta corrente” é constituído essencialmente por valores a pagar a empresas do grupo e relacionadas, tal como segue:

	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	Natureza
Futebol Clube do Porto - Futebol SAD	2.584.713	1.693.580	Cedência de quotas de associados
FCPorto - Serviços Partilhados, S.A.	255.365	223.194	Prestação de serviços de gestão
PortoEstadio, S.A.	3.536.119	2.472.782	Rendas e operacionalização e manutenção de instalações
PortoComercial, S.A.	2.307.796	2.265.487	Comissões de cobrança e outros serviços
Euroantas, S.A.	575.434	394.957	Rendas
Dragon Tour, S.A.	799.504	508.288	Aquisição de viagens
FCP Media, SA	5.094.705	77.350	Conteúdos Porto Canal
Empresas do Grupo e relacionadas	15.153.636	7.635.638	
Outros fornecedores	744.780	827.166	
	15.898.416	8.462.804	

Em 30 de junho de 2016 e 2015 o valor registado na rubrica “Outros acréscimos de gastos” é constituído essencialmente pela especialização de valores relacionados com um protocolo de prestação de serviços de edição, produção e exibição de conteúdos relacionados com as modalidades geridas pelo FCP, o seu Museu, a sua história e outros eventos, pela FCP Media ao FCP Clube no montante anual de 1,5 milhões de Euros, celebrado na época de 2014/15 e com a duração de 3 anos renovável por períodos anuais. Em 30 de junho de 2016 este valor ascendia a 750.000 Euros (1.500.000 euros em 30 e junho de 2015).

O valor registado na rubrica corrente “Outras contas a pagar” é constituído essencialmente por valores a pagar a empresas do grupo e relacionadas, tal como segue:

	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Fundação Porto-Gaia	379.603	259.787
PortoSeguro	166.907	120.038
Empresas do Grupo e relacionadas	546.510	379.825
Outros credores	11.721	73.089
	558.231	452.914

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 30 de junho de 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

	30 de junho de 2016		30 de junho de 2015	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Instituições financeiras:				
Empréstimos bancários:				
Caixa Geral de Depósitos	1.038.280	2.750.804	1.028.853	3.813.411
Millennium BCP	185.000	-	370.000	185.000
Banco Espírito Santo	239.650	238.343	984.914	455.756
	<u>1.462.930</u>	<u>2.989.147</u>	<u>2.383.767</u>	<u>4.454.167</u>
Juros a liquidar	25.804	-	58.704	-
Total instituições financeiras	<u>1.488.734</u>	<u>2.989.147</u>	<u>2.442.471</u>	<u>4.454.167</u>

Todos os financiamentos acima indicados estão contratados em Euros e vencem juros a taxas de mercado.

Os financiamentos obtidos acima usufruídos têm como garantia o Pavilhão Dragão Caixa (no caso da Caixa Geral de Depósitos), o penhor de créditos fiscais e os terrenos – lote 1.1 e 1.4 (no caso do Millennium BCP) e créditos fiscais, hipoteca de lugares de garagem na Torre das Antas (no caso do Millennium BCP), e o edifício da antiga sede (no caso do Novo Banco).

A parcela classificada como não corrente em 30 de junho de 2016 e 2015 tem o seguinte plano de reembolso definido:

	30 de junho de 2016		30 de junho de 2015	
	Capital	Juros	Capital	Juros
2016/17	-	-	1.353.815	130.263
2017/18	1.200.377	87.418	1.195.147	90.670
2018/19	1.227.618	52.313	1.222.142	55.718
2019/20	561.153	16.411	683.063	19.976
	<u>2.989.147</u>	<u>156.142</u>	<u>4.454.167</u>	<u>296.627</u>

15 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de junho de 2016 e 2015 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	30 de junho de 2016		30 de junho de 2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
IRC 2003 a recuperar (Nota 9)	1.258.659	-	1.258.659	-
Retenções na fonte	68.922	-	67.764	-
Estimativa de imposto (Nota 9)	(14.789)	-	-	826.214
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	72.365	-	74.860
Imposto sobre o valor acrescentado	315.044	-	-	217.060
Contribuições para a Segurança Social	-	26.051	-	29.980
Outros Impostos	-	6	-	26
	<u>1.627.836</u>	<u>98.422</u>	<u>1.326.423</u>	<u>1.148.140</u>

16 DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 30 de junho de 2016 e 2015 as rubricas do passivo corrente e não corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	30 de junho de 2016		30 de junho de 2015	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Quotas	259.861	-	53.896	-
Direitos de utilização de imagem	20.154	1.593.803	20.154	1.613.956
Cessão exploração Museu	1.500.000	6.375.000	1.500.000	7.875.000
Subsídio QREN - Piscinas Campanhã (Nota 5)	-	-	482.555	-
Outros rendimentos a reconhecer	31.327	-	31.277	-
	<u>1.811.342</u>	<u>7.968.803</u>	<u>2.087.882</u>	<u>9.488.956</u>

Em 30 de junho de 2016 e 2015 a rubrica “Direitos de utilização de imagem” dizia respeito a valores a reconhecer como rendimentos nos exercícios seguintes relacionados com a cedência de direitos de utilização de imagem ao Futebol Clube do Porto – Futebol, SAD, por um período de 99 anos.

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2014 foi assinado entre a Porto Comercial e o Futebol Clube do Porto um contrato de exploração do Museu do FCP (cuja abertura ao público ocorreu em outubro de 2013). De acordo com este contrato a Porto Comercial adquiriu o direito de exploração do Museu durante um período de 20 anos tendo pago antecipadamente o montante de 12.000.000 Euros relativos às rendas vincendas dos primeiros 8 anos. Em 30 de junho de 2016 a rubrica de “Cessão de exploração Museu” corresponde às rendas do exercício de 2016/17 e seguintes (Notas 5 e 17).

17 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 30 de junho de 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Receitas associativas	4.868.986	4.984.582
Receitas desportivas	268.885	257.079
Serviços - Publicidade	1.519.475	1.437.163
Serviços - Cedências de instalações	3.563.219	3.866.326
Receitas comerciais	1.589.198	1.572.851
Serviços - Outros	80.540	-
	<u>11.890.303</u>	<u>12.118.001</u>

As receitas associativas incluem o valor de quotas cobradas aos associados (4.417.031 Euros em 30 de junho de 2016 e 4.710.027 Euros em 30 de junho de 2015).

Em 30 de junho de 2016 e 2015, a rubrica “Receitas comerciais” inclui o montante de 1.500.000 Euros referente às rendas obtidas pela cessão de exploração comercial do Museu à entidade relacionada PortoComercial (Nota 16).

18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Trabalhos Especializados	2.106.235	1.932.320
Outros Serviços Especializados	1.500.000	1.500.000
Comissões	587.614	447.011
Energia e Fluídos	395.837	254.113
Rendas e Alugueres (Nota 6)	389.612	444.927
Relvados	371.624	366.220
Conservação e reparação	339.051	316.144
Deslocações e Estadas	282.264	202.598
Honorários	268.462	236.994
Vigilância e Segurança	247.530	181.469
Material Desportivo	215.320	201.219
Seguros	110.415	116.652
Outros	653.121	682.260
	<u>7.467.085</u>	<u>6.881.927</u>

A rubrica “Trabalhos Especializados” inclui essencialmente: (i) gastos relacionados com a operacionalização e manutenção das instalações cedidas (Nota 17), a cargo da empresa do grupo Porto Estádio; e (ii) prestações de serviços administrativos, financeiros, jurídicos por parte da sociedade do grupo - Futebol Clube do Porto – Serviços Partilhados.

No exercício findo em 30 de junho de 2016, a rubrica “Outros Serviços Especializados” refere-se aos serviços de edição, produção e exibição de conteúdos relacionados com as modalidades geridas pelo FCP, o seu Museu, a sua história e outros eventos, decorrente de um protocolo assinado entre a empresa relacionada FCP Media e o FCP Clube no corrente exercício (Nota 14).

19 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Remunerações de atletas e equipas técnicas	2.368.471	1.739.717
Remunerações do pessoal	63.701	88.187
Benefícios pós-emprego	101.498	14.944
Encargos sobre remunerações	210.420	202.990
Outros	209.970	129.360
	<u>2.954.060</u>	<u>2.175.198</u>

O aumento dos gastos com o pessoal reflete essencialmente o esforço efetuado pelo clube na contratação de novos atletas para reforço dos plantéis das modalidades de andebol, hóquei patins e basquetebol.

20 AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 é conforme se segue:

	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Ativos fixos tangíveis (Nota 5)	1.076.602	919.609
Propriedades de investimento (Nota 7)	419.004	403.579
	<u>1.495.606</u>	<u>1.323.188</u>

21 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 é conforme se segue:

	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Rendimentos suplementares:		
Royalties	40 965	39 567
Rendimentos de propriedades de investimento	84 795	94 543
Imputação de subsídios para o investimento (Nota 5)	32 170	-
Outros rendimentos suplementares	21 112	82 776
Mais-valias (Nota 8)	-	9 086 509
Outros	215 524	158 943
	<u>394 566</u>	<u>9 462 338</u>

22 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 é conforme se segue:

	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Cedência de quotas	13 571	1 188 800
Correções relativas a exercícios anteriores	-	683
Impostos	24 846	31 472
Outros	52 256	173 170
	<u>90 673</u>	<u>1 394 125</u>

Em 30 de junho de 2016 e 2015, a rubrica “Cedência de quotas” refere-se à transferência da parte correspondente das quotas para a FCP – Futebol SAD. A partir da época 2015/16 as receitas das “Quotas de associados” passaram a ser reconhecidas na sua totalidade pelo Futebol Clube do Porto não havendo lugar a transferências para a FCP, SAD.

23 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

	30 de junho de 2016		30 de junho de 2015	
Juros suportados				
Financiamentos bancários	135.433		267.330	
Outros financiamentos	-	135.433	256.564	523.894
Outros gastos de financiamento		36		2.168
		<u>135.469</u>		<u>526.063</u>

Em 30 de junho de 2015 os juros suportados relativos a outros financiamentos dizem respeito a juros devidos à FCP, SAD de acordo com o acordo de regularização de dívida assinado entre as partes e findo no decorrer do exercício findo em 30 de junho de 2015 (Nota 14).

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

	30 de junho de 2016		30 de junho de 2015	
Dividendos obtidos				
Outras entidades	17.983	17.983	12.589	12.589
Outros rendimentos similares	-	-		-
		<u>17.983</u>		<u>12.589</u>

Os dividendos obtidos no exercício findo em 30 de junho de 2016 dizem respeito aos dividendos distribuídos pela Porto Seguro.

24 PARTES RELACIONADAS

Em 30 de junho de 2016 e 2015 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:



	2016			2015		
	Contas a receber líquidas (Nota10)	Total contas a pagar (Nota 14)	Diferimentos passivos (Nota 16)	Contas a receber líquidas (Nota10)	Total contas a pagar (Nota 14)	Diferimentos passivos (Nota 16)
Subsidiárias:						
Euroantas, S.A.	26.241	(575.434)	-	26.761	(394.956)	-
Investiantas, S.A.	16.050	-	-	12.050	-	-
FC Porto, Serviços Partilhados	-	(255.365)	-	-	(223.194)	-
FC Porto, Futebol SAD	128.300	(4.198.669)	-	97.960	(3.327.690)	-
Outras entidades relacionadas:						
Porto Comercial, S.A.	19.271	(2.307.796)	(7.916.980)	27.355	(2.330.737)	(9.375.000)
FC Porto Media	62.806	(5.844.705)	-	-	(1.577.350)	-
Porto Estádio, S.A.	-	(3.536.119)	-	-	(2.472.782)	-
Porto Multimédia, S.A.	51.037	-	-	49.765	(456)	-
Porto Seguro, Lda.	8.991	(166.907)	-	-	(120.179)	-
Dragon Tour, S.A.	1.310	(799.504)	-	-	(508.288)	-
Fundação Porto Gaia	-	(379.603)	-	-	(277.739)	-
Sportinveste, S.A.	27.034	(3.654)	-	14.615	-	-
	<u>341.040</u>	<u>(18.067.756)</u>	<u>(7.916.980)</u>	<u>228.506</u>	<u>(11.233.371)</u>	<u>(9.375.000)</u>

Em 30 de junho de 2016 e 2015 a Empresa apresentava as seguintes transações com partes relacionadas:

	2016				
	Vendas e serviços prestados (Nota 17)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 18)	Outros gastos e perdas (Nota 22)	Gastos e perdas financeiros (Nota 23)	Outros rendimentos e ganhos (Nota 23)
Subsidiárias:					
Euroantas, S.A.	-	160.497	-	-	-
Investiantas, S.A.	-	-	-	-	-
FC Porto, Serviços Partilhados	234.840	495.723	-	-	-
FC Porto, Futebol SAD	2.154.545	58.928	15.773	-	83.767
Outras entidades relacionadas:					
Porto Comercial, S.A.	2.609.967	565.623	36.088	-	135.347
FC Porto Media	75.240	1.371.601	300	-	-
Porto Estádio, S.A.	83.904	1.298.978	-	-	-
Porto Multimédia, S.A.	1.289	-	-	-	-
Porto Seguro, Lda.	34.656	-	-	17.982	-
Dragon Tour, S.A.	5.700	325.417	-	-	-
Fundação Porto Gaia	-	132.332	150	-	-
Sportinveste, S.A.	-	56.395	-	-	-
	<u>5.200.141</u>	<u>4.465.494</u>	<u>52.311</u>	<u>17.982</u>	<u>219.114</u>



	2015				
	Vendas e serviços prestados (Nota 17)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 18)	Outros gastos e perdas (Nota 22)	Gastos e perdas financeiros (Nota 23)	Outros rendimentos e ganhos (Nota 23)
Subsidiárias:					
Euroantas, S.A.	-	116.363	-	-	-
Investiantas, S.A.	-	-	-	-	-
FC Porto, Serviços Partilhados	234.840	501.205	-	-	-
FC Porto, Futebol SAD	2.118.245	(5.001)	926.130	256.410	112.458
Outras entidades relacionadas:					
Porto Comercial, S.A.	2.919.210	506.291	-	-	37.489
FC Porto Media	-	1.500.000	(300)	-	-
Porto Estádio, S.A.	83.904	1.109.091	-	-	-
Porto Multimédia, S.A.	1.007	-	-	-	-
Porto Seguro, Lda.	34.656	-	281	-	12.858
Dragon Tour, S.A.	5.700	213.234	-	-	-
Fundação Porto Gaia	-	125.695	-	-	-
Sportinveste, S.A.	-	49.193	-	-	-
	<u>5.397.562</u>	<u>4.116.071</u>	<u>926.111</u>	<u>256.410</u>	<u>162.805</u>

25 ACONTECIMENTO APÓS A DATA DO BALANÇO

Subsequentemente, a 30 de junho de 2016, não ocorreram acontecimentos relevantes para as demonstrações financeiras.

26 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 19 de outubro de 2016. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia Geral de Sócios.

C. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Futebol Clube do Porto (“Clube”), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2016 (que evidencia um total de 80.370.127 Euros e um total de capital próprio de 42.095.682 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 11.625.419 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Futebol Clube do Porto em 30 de junho de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Somos independentes do Clube nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

As demonstrações financeiras acima mencionadas referem-se à atividade do Clube a nível individual e foram preparadas para efeitos de aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método de equivalência patrimonial, através do qual são considerados, nos resultados líquidos e no capital próprio, os efeitos da consolidação integral a nível de ativos, passivos, custos e proveitos, o Clube irá preparar em separado demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2016, que melhor apresentam a posição financeira, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa do conjunto formado pelo Clube e suas filiais. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Continuidade

Tal como referido nas notas anexas às demonstrações financeiras, o Clube prepara as demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade. O pressuposto da continuidade implica que o Clube dispõe de recursos adequados para manter as atividades e que o órgão de gestão não tem intenção de cessar as atividades no curto prazo.

Com base no nosso trabalho, informamos que as demonstrações financeiras do Clube em 30 de junho de 2016 evidenciam uma situação em que o ativo corrente é manifestamente inferior ao passivo corrente, constatando-se que os maiores credores do Clube correspondem a empresas do Grupo e relacionadas (Nota 24). O pressuposto da continuidade das operações do Clube está dependente da manutenção do apoio financeiro destas entidades e das instituições financeiras, bem como do sucesso futuro das operações da sua principal subsidiária Futebol Clube do Porto – Futebol, SAD, incluindo o resultado positivo da alienação dos direitos de inscrição desportiva de jogadores, tal como previsto nos orçamentos de exploração e tesouraria, essencial para o equilíbrio e cumprimentos dos compromissos financeiros assumidos por esta subsidiária e pelo Clube.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão:

- a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Clube de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- a elaboração do relatório da direção nos termos legais e regulamentares;
- a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a posição financeira ou os resultados do Clube; e
- a avaliação da capacidade do Clube de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório profissional e independente baseado na nossa auditoria que inclui a nossa opinião. Incluem-se nas nossas responsabilidades:

- a verificação numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se as políticas contabilísticas adotadas são adequadas e a sua divulgação apropriada tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório da direção com as demonstrações financeiras.



RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Em nossa opinião o relatório da direção foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 19 de outubro de 2016

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por António Manuel Martins Amaral

D. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL E DISCIPLINAR

Aos Senhores Associados do Futebol Clube do Porto

Em cumprimento do disposto na alínea e) do número 1 do art.º 67º dos Estatutos, vimos dar parecer sobre o Relatório e Contas apresentados pela Direção do FUTEBOL CLUBE DO PORTO, com referência ao período de 1 de Julho de 2015 a 30 de Junho de 2016.

Comprovámos, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, os quais satisfazem as disposições legais e dos Estatutos. Foram-nos prestados, pela Direção e pelos Serviços, todos os esclarecimentos de que necessitámos para o desempenho das nossas funções. Realizámos reuniões com o Revisor Oficial de Contas que nos manteve informados da natureza e conclusões das auditorias efetuadas.

Das verificações efetuadas, concluímos que:

- 1) O Relatório da Direção explana, com suficiente clareza, a evolução do Clube durante o período considerado e projeções futuras;
- 2) As Bases de preparação, políticas contabilísticas adotadas e divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e Relato Financeiro são adequadas e encontram-se devidamente divulgadas no Anexo;
- 3) O Balanço, Demonstração de Resultados por Naturezas, Demonstração das Alterações do Capital Próprio e Demonstração dos Fluxos de Caixa satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do período

O Conselho Fiscal e Disciplinar congratula-se com a decisão da Direção em reabrir as portas ao ciclismo, fazendo votos para que as conquistas deste ano, de onde se destaca a Volta a Portugal em bicicleta, se prolonguem por muitos e longos anos.

Também merece destaque, além do investimento na recuperação das piscinas de Campanhã, o assumir a administração desta nova casa da nataçã, da qual com toda a certeza aparecerão frutos, como o título nacional feminino obtido.

Infelizmente não conquistamos qualquer título em termos de equipa principal de futebol, contudo não podemos deixar de realçar, ainda no futebol, as vitórias do FC Porto B no Campeonato Nacional da Segunda Liga e o Campeonato Nacional de Sub19. Ao nível das outras modalidades, há a destacar a conquista do Campeonato Nacional de basquetebol (regresso ao campeonato principal), da Taça de Portugal em hóquei patins, a prestação na Liga dos Campeões do andebol, a prestação paralímpica do desporto adaptado, além da consagração como maior potência do país no bilhar, renovando o título de Campeão Nacional.

Nestes termos, tendo em consideração o atrás referido, somos de parecer que aproveis o Relatório e Contas referentes ao período de 1 de Julho de 2015 a 30 de Junho de 2016, que apresenta um resultado líquido negativo de € 11.625.418,60;

Porto, 19 de Outubro de 2016

O Conselho Fiscal e Disciplinar

E. OUTRAS INFORMAÇÕES

1. Movimento Associativo

		<i>distribuição por categorias</i>	
Nº de Sócios em 30 de Junho de 2015	104.080	SENIOR	71.444
Admissões	6.497	Atleta	688
Recuperações	9	Correspondente	6.237
	<u>6.506</u>	Reformado	1.464
		Senior	63.055
Demitidos por falta de pagamento	73	JUNIOR	21.752
Pedidos de demissão	235	Atleta	728
Cheque sem provisão	0	Correspondente	485
Falecidos	73	Junior	20.539
	<u>381</u>		
Nº de Sócios em 30 de Junho de 2016	110.205	INFANTIL	16.987
		Atleta	135
		Correspondente	123
		Infantil	16.729
		SÓCIOS REMIDOS	12
		SÓCIOS HONORÁRIOS	2
		SÓCIOS EMPRESA	8
		TOTAL	110.205
		SÓCIOS ISENTOS DE QUOTA	316
		(nos termos do nº12 do Artº 28 dos Estatutos)	
		Ausência do País	9
		Desemprego	199
		Doença	106
		Serviço Militar	2

2. Títulos Honoríficos atribuídos em Assembleia Geral

PRESIDENTES HONORÁRIOS

Sebastião Ferreira Mendes	12-09-1934
Ângelo César Machado	16-11-1940
Afonso Pinto Magalhães	29-01-1971
Américo Maria Coelho Gomes de Sá	09-11-1979
Cesário Mora Bonito	25-03-1983
Miguel Augusto Gonçalves Pereira	25-03-1983
Jorge Nuno de Lima Pinto da Costa	14-06-1994
Fernando Arnaldo Sardoeira Pinto	24-10-1994

SÓCIOS BENEMÉRITOS

António Cardoso Pinto de Faria	14-04-1932
Augusto Fernando Sequeira	07-09-1932
António Augusto de Figueiredo e Mel	12-09-1934
Alfredo Gonçalves Basto	09-11-1979

SÓCIOS HONORÁRIOS

José Guilherme do Carmo Pacheco	01-11-1913
José Sobrinho Gomes	06-10-1921
Artur de Oliveira Valença	06-10-1921
Carlos Viegas Gago Coutinho	26-10-1922
Sacadura Cabral	26-10-1922
Abel Aquino Júnior	30-06-1924
Brito Pães	28-08-1924
José Manuel Sarmento Beires	28-08-1924
Manuel Gouveia	28-08-1924
Francisco Sotto Mayor	28-08-1924
Normam Hall	28-08-1924
Sebastião Ferreira Mendes	28-08-1924
Domingos de Almeida Soares	28-08-1924
Câmara Municipal do Porto	19-10-1936
José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich	23-12-1952
Joviano de Medeiros Lopes	23-12-1952
Antão Santos da Cunha	23-12-1952
Domingos Cândido Braga da Cruz	23-12-1952
Luís José de Pina Guimarães	23-12-1952
Lucínio Gonçalves Presa	23-12-1952
António Luís Gomes	23-12-1952
Manuel José Cunha Júnior	23-12-1952
Cesário de Moura Bonito	23-12-1952
Miguel Augusto Gonçalves Pereira	23-12-1952
Júlio Ribeiro Campos	23-12-1952
Alberto Augusto Mendonça	23-12-1952
Aureliano Gonçalves Braga	23-12-1952
Miguel Guedes Bonito	23-12-1952
Marcelino Francisco da Conceição	23-12-1952
João Marques Pinto	23-12-1952
Juscelino Kubitscheck	15-03-1958
José Carvalho Moreira de Sousa	15-03-1958
Afonso Pinto Magalhães	13-07-1962
José Maria do Nascimento Cordeiro	13-07-1962
Ponciano dos Santos Gomes Serrano	09-11-1979
Alfredo Ferreira Clemente	09-11-1979
Jorge Nuno de Lima Pinto da Costa	09-11-1979
Alexandre José Silva Rodrigues Magalhães	14-06-1985
Luís Teles da Cunha Roxo	14-06-1985
Ilídio Borges Pinto	14-06-1985
José Maria de Carvalho Pedroto	14-06-1985
João Havelange	18-07-1991
Reinaldo Costa Teles Pinheiro	24-10-1994
José Vieira de Carvalho	24-10-1994
Fernando Manuel Santos Gomes	27-05-1997
Adriano Pinto	27-05-1997
Adolfo Roque	27-05-1997
Lennart Johansson	28-10-2004



FC Porto

A VENCER DESDE 1893